

Sara Filipa David Freitas

**O papel dos *scripts* sexuais e do duplo padrão sexual na
explicação da coerção sexual no namoro através da Teoria da
Ação Planeada**



Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2020

Sara Filipa David Freitas

**O papel dos *scripts* sexuais e do duplo padrão sexual na
explicação da coerção sexual no namoro através da Teoria da
Ação Planeada**

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora
Doutora Alexandra Gomes



Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2020

O papel dos *scripts* sexuais e do duplo padrão sexual na explicação da coerção sexual no namoro através da Teoria da Ação Planeada

Declaração de Autoria do Trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluídas.

Assinatura

Sara Filipa David Freitas

(Sara Filipa David Freitas)

Copyright 2020 Sara Filipa David Freitas. A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja alvo de dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Com o terminar desta fase tão importante da minha vida, não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a todos aqueles que fizeram parte deste longo percurso. Foram cinco anos incríveis, de grande crescimento pessoal e aquisição de conhecimento que tenho a certeza de que se refletirão e farão toda a diferença no meu futuro profissional enquanto psicóloga.

Quero começar por agradecer à professora Doutora Alexandra Gomes, por toda a disponibilidade e apoio que me deu ao longo desta investigação. Pela partilha de conhecimento que me proporcionou, por acreditar em mim e me ajudar a fazer face às minhas inseguranças. A sua ajuda foi imprescindível para a realização desta investigação.

Aos meus pais, que foram os principais responsáveis pelo realizar deste sonho. Por todo o apoio incondicional, carinho e esforços que tiveram de fazer para me conseguirem proporcionar esta aventura. Sem eles não teria sido possível chegar aqui, e ficar-lhes-ei para sempre grata por tudo o que fizeram e continuam a fazer por mim.

Ao meu irmão e restante família, que sempre me apoiaram e incentivaram no decorrer deste percurso e sempre compreenderam as minhas ausências em momentos importantes.

Aos meus amigos, que foram sem dúvida pilares fundamentais para que pudesse chegar até aqui. Sou-lhes grata pelo apoio incondicional mesmo com todas as minhas ausências ao longo destes cinco anos que, embora dolorosas, foram mais suportáveis pela compreensão que sempre demonstraram.

À Filipa, à minha companheira desta caminhada. Juntas, lado a lado, alcançámos este sonho que nos une. Tenho a certeza de que continuaremos a alcançar sonhos juntas pela vida fora.

Por último, a todos os que se disponibilizaram para participar nesta investigação, o meu muito obrigada.

Este não foi apenas um feito meu, mas sim de todos aqueles que estão comigo! Sem vocês, não tinha conseguido metade do que consegui hoje e também não teria metade do sentido que tem sem vos ter a meu lado. Já dizia Christopher McCandless “*Happiness is only real when shared*”, e que sorte a minha por ter a possibilidade de partilhá-la com vocês!

Resumo

O comportamento coercivo é uma das formas de violência no namoro mais frequente entre jovens casais. Apesar de já existirem estudos empíricos de que as atitudes e normas subjetivas estão associadas à vitimização e perpetuação da coerção sexual, é importante perceber se o comportamento coercivo, tanto na vitimização como na perpetuação, pode ser explicado pelas dimensões da Teoria da Ação Planeada (TAP) e, por sua vez, se essas componentes sofrem influência dos *scripts* sexuais e duplo padrão sexual que também têm vindo a ser associados a diversos comportamentos sexuais. Neste sentido, a presente investigação pretende perceber se os *scripts* sexuais e o duplo padrão sexual influenciam as atitudes, normas subjetivas e controlo comportamental percebido dos indivíduos (dimensões da TAP) e, conseqüentemente, se essas componentes explicam o comportamento de vitimização e perpetuação na coerção sexual no namoro. Foi utilizada uma amostra de 256 jovens portugueses de orientação sexual heterossexual (209 do sexo feminino e 47 do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos e com história de relações emocionais/sexuais. Os resultados obtidos revelaram a influência dos *scripts* sexuais e duplo padrão sexual apenas no comportamento coercivo das mulheres – os *scripts* sexuais influenciaram as crenças pessoais e controlo comportamental percebido, enquanto o duplo padrão sexual influenciou as crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido - e revelaram ainda a existência de modelos diferentes de acordo com o género na explicação da vitimização e perpetuação – nos homens, a vitimização é explicada pelas crenças pessoais e controlo comportamental percebido e a perpetuação pelas crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido; nas mulheres, a vitimização é explicada pelas crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido e a perpetuação apenas pelas crenças pessoais.

Palavras-chave: Coerção Sexual; Vitimização; Perpetuação; Teoria da Ação Planeada; *Scripts* Sexuais; Duplo Padrão Sexual

Abstract

Coercive behavior is one of the most frequent forms of dating violence among young couples. Although there are already empirical studies that subjective attitudes and norms are associated with victimization and perpetuation of sexual coercion, it is important to understand whether coercive behavior, both in victimization and in perpetuation, can be explained by the dimensions of the Theory of Planned Behavior (TPB) and consequently, if these components are influenced by sexual scripts and double sexual patterns that have also been associated with different sexual behaviors. Therefore, the present investigation intends to understand whether and the sexual scripts and the sexual double standard influence the attitudes, subjective norms and perceived behavioral control of the individuals (dimensions of TPB) and, consequently, if these components explain the behavior of victimization and perpetuation in sexual coercion in dating. A sample of 256 young people of heterosexual sexual orientation (209 females and 47 males) was used, aged between 18 and 30 years and with a history of emotional/sexual relations. The results obtained revealed the influence of sexual scripts and sexual double standard only on women's coercive behavior - sexual scripts influenced personal beliefs and perceived behavioral control, while the sexual double standard influenced personal beliefs, subjective norms and perceived behavioral control - and they also revealed the existence of different models according to gender in explaining victimization and perpetuation - in men's, victimization is explained by personal beliefs and perceived behavioral control and perpetuation by personal beliefs, subjective norms and perceived behavioral control; in women, victimization is explained by personal beliefs, subjective norms and perceived behavioral control and perpetuation only by personal beliefs.

Keywords: Sexual Coercion; Victimization; Perpetuation; Theory of Planned Behavior; Sexual Scripts; Sexual Double Standard

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	3
1.1. Violência no Namoro	3
1.1.1. <i>Coerção Sexual no Namoro</i>	5
1.1.2. <i>Vitimização e Perpetuação na Coerção Sexual</i>	6
1.1.3. <i>Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991)</i>	8
1.1.4. <i>Scripts Sexuais</i>	10
1.1.5. <i>Duplo Padrão Sexual</i>	12
1.2. O Presente Estudo	14
2. Metodologia	15
2.1. Amostra.....	15
2.2. Instrumentos.....	16
2.2.1. <i>Questionário sociodemográfico</i>	16
2.2.2. <i>Questionário sobre a história de relacionamentos amorosos</i>	17
2.2.3. <i>Escala de Relacionamento Sexual - The Sexual Relationship Scale (SRS)</i> 17	
2.2.4. <i>Escala de Duplo Padrão Sexual - Sexual Double Standard Scale (SDSS)</i> 18	
2.2.5. <i>Variáveis da Teoria da Ação Planeada (Atitude, Norma Subjetiva e</i> <i>Controlo Comportamental Percebido)</i>	18
2.2.6. <i>Vitimização e Perpetuação</i>	20
2.3. Procedimento	20
2.3.1. <i>Procedimento de Recolha de Dados</i>	20
2.3.2. <i>Procedimento de Análise de Dados</i>	21
3. Análise de Resultados	21
3.1. Análise Descritiva Univariada	21
3.2. Correlações entre Medidas.....	23
3.3. Comparação entre Grupos	26
3.4. Regressões Estatísticas	27
3.4.1. <i>Análise da Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre as</i> <i>dimensões da TAP</i>	27
3.4.2. <i>Análise da Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a</i> <i>Vitimização</i>	31
3.4.3. <i>Análise da Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a</i> <i>Perpetuação</i>	34

4. Discussão.....	36
Conclusão	44
Referências Bibliográficas.....	46
ANEXOS.....	55

Índice de Figuras

Figura 1.1. Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991)	9
---	---

Índice de Tabelas

Tabela 3.1. Caracterização das variáveis em estudo para a amostra total	21
Tabela 3.2. Correlações entre variáveis para a amostra total	24
Tabela 3.3. Comparação de médias entre grupos	26
Tabela 3.4. Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre a Atitude Passiva	28
Tabela 3.5. Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre a Atitude Resistência.....	28
Tabela 3.6. Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre a Norma Subjetiva Resistência.....	29
Tabela 3.7. Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre o Controlo Comportamental Percebido	30
Tabela 3.8. Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a Vitimização ...	31
Tabela 3.9. Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a Perpetuação ...	34

Índice de Anexos

ANEXO A. Questionário *online*

Abreviaturas

TAP – Teoria da Ação Planeada

SRS – *The Sexual Relationship Scale* (Escala de Relacionamento Sexual))

EASR – *The Exchange Approach to Sexual Relations* (Abordagem de Troca)

CASR – *The Communal Approach to Sexual Relations* (Abordagem Comum)

SDSS – *Sexual Double Standard Scale* (Escala de Duplo Padrão Sexual)

Introdução

Ao longo da história, a violência tem-se apresentado sob as mais diversas formas, no entanto, é a partir da década de 60 que passa a ser constituída como um problema social específico (Caridade & Machado, 2006). Durante duas décadas, a investigação científica relativa à temática da violência nas relações íntimas manteve o seu foco nas relações maritais/uniões de fato, descurando outros contextos relacionais, como é exemplo a violência no namoro (Caridade & Machado, 2006; Caridade & Machado, 2013).

A coerção sexual é uma das formas de violência sexual mais frequente nos relacionamentos íntimos. Enosh (2007) refere que a essência da coerção sexual passa por uma tentativa persistente de realizar um avanço sexual mesmo quando o outro recusa. O que diferencia coerção de não-coerção é o comportamento do parceiro que iniciou o ato em detrimento do consentimento, ou falta dele, do outro parceiro.

Diversos fatores têm vindo a ser associados aos comportamentos de vitimização e perpetuação na coerção sexual (atitudes e normas subjetivas), no entanto, os estudos que analisaram este tipo de comportamento com base na Teoria da Ação Planeada (TAP) – teoria com evidências científicas para a explicação de comportamentos que envolvam intenção do indivíduo para os realizar – são em número reduzido.

Os *scripts* sexuais fornecem aos indivíduos uma estrutura relativa à adequação e ordem dos comportamentos sexuais, bem como dos papéis de género na sexualidade (Beres, 2014). Segundo Jozkowski e Peterson (2013), esse padrão de *script* sexual percebe os homens com predisposição constante para ter relações sexuais e as mulheres como quem deve atrasar a atividade sexual. Este tipo de expectativa de que as mulheres devem hesitar envolver-se nas relações sexuais resulta do duplo padrão ainda existente relativo ao comportamento sexual (Sakaluk et al., 2014).

A presente investigação pretende perceber se os *scripts* sexuais e o duplo padrão sexual têm influência nas atitudes, normas subjetivas e controlo comportamental percebido dos indivíduos (dimensões da TAP) e, conseqüentemente, se essas dimensões explicam o comportamento de vitimização e perpetuação na coerção sexual no namoro.

Este documento encontra-se organizado em cinco partes, sendo que na primeira - Enquadramento Teórico - são abordadas as análises teóricas entre as variáveis em estudo; na segunda parte – Metodologia – são apresentadas informações sobre a caracterização da amostra, descrição dos instrumentos utilizados e do procedimento de recolha e análise de dados; posteriormente, são expostos os resultados obtidos no presente estudo - Análise

de Resultados -, bem como discutida a contribuição dos mesmos para a problemática em estudo – Discussão; por fim, na última parte – Conclusão – é feito um levantamento das limitações do presente estudo que devem ser tidas em conta em futuras investigações nesta área de estudo. Nos anexos encontra-se uma versão do questionário *online* utilizando na presente investigação.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Violência no Namoro

A violência no namoro é considerada um problema global de saúde pública (Krug et al., 2002) e, como tal, os diversos tipos de violência têm sido objeto de estudo, o que permitiu adquirir grande importância nas agendas da educação e da saúde (Capelo et al., 2019).

De acordo com Murray e Kardatzke (2007), os namoros referem-se a uma relação entre dois indivíduos que não são casados ou noivos, e que partilham uma ligação emocional, romântica e/ou sexual para além da amizade. Este tipo de relacionamentos têm um papel importante para os jovens uma vez que lhes possibilitam a exploração de si próprios, experimentação sexual, vivência de companheirismo, aprendizagem de papéis de adulto e resolução de conflitos (Félix, 2012). Contudo, ao longo do relacionamento amoroso, existem alguns casos que passam a ser marcados pela violência.

A violência no namoro é entendida como um “comportamento dentro de uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores” (World Health Organization [WHO], 2004). Na perspetiva de Krug et al. (2002), os atos de violência têm uma componente intencional, causando impacto na saúde do indivíduo, e podem ser físicos, sexuais, psicológicos, envolvendo privação ou negligência. Este tipo de violência pode ocorrer desde a adolescência e vir a prolongar-se até à idade adulta (Teten et al., 2009). De acordo com Gómez (2011), a vivência de um relacionamento abusivo é um fator preditor para a existência de violência num relacionamento futuro.

Desde o início da década de 90 que, em Portugal, existe uma maior consciencialização sobre a gravidade deste problema (Caridade & Machado, 2006) e parece existir uma percentagem significativa de adolescentes e jovens que são vítimas de algum tipo de violência nos seus relacionamentos de namoro (Herrman, 2009). Sendo este um fenómeno transversal às diferentes culturas e grupos étnicos, a violência nas relações íntimas entre adolescentes e jovens adultos tem vindo a merecer especial atenção, constituindo-se uma problemática social de grande importância (Caridade, 2011).

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR, 2020), desenvolve todos os anos um estudo nacional relativo à violência no namoro onde são incluídos jovens de todos os distritos do país, com idades compreendidas entre os 11 e 21 anos. Os resultados mostraram que o tipo de violência mais legitimado é o controlo (26%), seguido da

perseguição (23%), violência sexual (19%), violência psicológica (15%), violências através das redes sociais (14%), e violência física (5%). Concluíram também que 67% dos jovens considera como natural pelo menos uma das formas de violência na intimidade, sendo a naturalização da violência maior nos rapazes relativamente a todas as formas de violência estudadas. Relativamente à legitimação dos comportamentos de violência, destacam-se os comportamentos de violência sexual, principalmente o “pressionar para ter relações sexuais”, em que a legitimação entre os rapazes é quatro vezes superior em relação às raparigas (16% vs. 4%).

Atualmente, há uma preocupação em estudar as formas de violência no namoro em adolescentes e jovens adultos devido à possibilidade de reprodução dos padrões de relacionamento interpessoal que se estabelecem na adolescência no percurso relacional do indivíduo (Straus, 2004), nomeadamente no que diz respeito a violência nas relações adultas (Magdol et al., 1997). A violência no namoro tem vindo a mostrar-se um importante preditor da violência doméstica na vida adulta (Smith et al., 2011) e, caso a relação se mantenha, esta tende a aumentar a nível de frequência e gravidade (Duarte & Lima, 2006). Futuramente, este tipo de comportamento pode trazer diversas consequências físicas, emocionais e sociais para os adolescentes (Foshee & Reyes, 2011; Krug et al., 2002), nomeadamente baixa autoestima, dores crónicas e ansiedade (Cornelius et al., 2009; Foshee & Reyes, 2011).

As consequências nas vítimas de violência são consideradas mais graves quanto maior for a dimensão temporal da violência (Barroso, 2008), sendo o impacto dependente de um vasto conjunto de fatores com influência no agravamento ou atenuação dos efeitos da violência (Caridade & Machado, 2008). As vítimas podem passar a viver com medo, ansiedade e sobressalto que conduzem a sentimentos depressivos, bem como baixa autoestima e pânico geral referente à sua intimidade (Barroso, 2008). Guerreiro et al. (2015) referem que, em idades mais jovens, há uma maior tendência de as vítimas desenvolverem doenças mentais, dores de cabeça, angústia emocional, indisposições e depressões. Podem também apresentar fadiga, choro fácil, pensamentos suicidas e maior disposição ao consumo de álcool ou drogas.

É muito frequente os jovens não percecionarem as agressões ocorridas nas suas relações amorosas como abusivas e não reconhecerem as relações sexuais forçadas como uma forma de violação (Muehlenhard, 1988), justificado pelo facto de o agressor ser o namorado ou alguém conhecido (Humphrey & White, 2000). Hall e Barongan (1997), referem que o comportamento sexualmente agressivo é o resultado de uma cultura que

considera este tipo de ato como algo tendencialmente consentido e aceite. Os indivíduos que sofrem deste tipo de abuso apresentam uma tolerância e legitimação perante o mesmo que, muitas vezes associado à vergonha, dificulta o processo de reconhecimento e erradicação perante a situação, fazendo com que a probabilidade que ocorra uma denúncia e consequente sanção dos agressores seja reduzida (Frese et al., 2004).

1.1.1. Coerção Sexual no Namoro

Uma das formas de violência entre parceiros íntimos mais comumente aceite é a Coerção Sexual, que se refere a um conjunto de comportamentos e estratégias que têm como objetivo persuadir, manipular ou obrigar um indivíduo a envolver-se numa atividade sexual contra sua vontade, tais como a ameaça ou uso de força física, manipulação, chantagem, autoridade, persuasão verbal, pressão ou uso de drogas e álcool (Testa & Dermen, 1999). Este conceito está relacionado com noções de restrição e não consentimento que constituem a componente violenta e integra três dimensões: a coerção psicológica (ameaças, chantagem, pressões); a coerção física (uso da força física); e a coerção por álcool ou drogas (Glowacz et al., 2018). As estratégias coercivas podem fazer uso da manipulação onde são feitas promessas ou é atribuída culpa ao parceiro; através do toque persistente em que o indivíduo acaricia ou beija constantemente o parceiro; intoxicação do parceiro, seja através de drogas ou de álcool; e utilização da pressão verbal ou força física (Benbouriche & Parent, 2018). Este tipo de violência não implica necessariamente o ato sexual, mas contempla um vasto conjunto de atos de violência física e simbólica que coage ou obriga a práticas sexuais contra a vontade de um indivíduo (Cordeiro et al., 2009).

Diversos estudos realizados têm vindo a verificar que as estratégias coercivas que envolvam força física são percecionadas de forma negativa, enquanto que as estratégias verbais são mais aceitáveis (Arriaga et al., 2018; Broach & Petretic, 2006; Brown et al., 2009). As táticas verbais apresentam uma menor probabilidade de serem percecionadas negativamente quando ocorrem entre parceiros de relacionamento, casais que tenham relações sexuais ou em relacionamentos de longa duração (Katz et al., 2007; Tamborra et al., 2014). Pesquisas sobre vitimização sexual verificaram que as vítimas de coerção sexual física atribuem mais responsabilidade a um perpetrador do que as vítimas de coerção sexual verbal (Brown et al., 2009; Byers & Glenn, 2012).

Quando se fala em agressão sexual, violação e abuso, o consentimento sexual é muito importante, pois é o critério que define as definições legais deste tipo de atos (Humphreys & Herold, 2007). Willis e Jozkowski (2019) definem consentimento sexual

como “a vontade voluntária, sóbria e consciente de se envolver em um determinado comportamento sexual com uma determinada pessoa dentro de um determinado contexto”. O consentimento pode ser expresso através de dicas verbais ou dicas não-verbais, sendo as dicas de consentimento não-verbal usadas com mais frequência (Beres et al., 2004; Humphreys, 2007; Muehlenhard et al., 2016).

Para além da importância da definição do conceito de consentimento, é ainda mais importante a sua interpretação, uma vez que em casos legais, a sua interpretação pode afetar julgamentos sobre a culpa ou inocência do acusado (Humphreys & Herold, 2007). Quando o consentimento ocorre por meio de uma decisão cognitiva, o parceiro pode não compreender claramente que o mesmo foi dado, o que leva a que nestes casos, o consentimento seja inferido a partir dos comportamentos não verbais do indivíduo (Lim & Roloff, 1999 cit. in Humphreys & Herold, 2007).

O mesmo comportamento pode ser interpretado como uma sugestão de consentimento para determinadas pessoas ou em determinadas circunstâncias que não é interpretado da mesma forma para outras (Beres, 2007; Humphreys, 2007; Humphreys & Brousseau, 2010). A comunicação do consentimento pode ser fortemente influenciada por diversos fatores contextuais, nomeadamente a existência de história de uma relação sexual anterior, ou seja, qual o grau de envolvimento sexual que já existiu entre parceiros – precedente sexual. (Beres, 2007). Humphreys (2007) refere que no início de uma relação sexual com um parceiro a comunicação de consentimento é ressaltada, o que leva à diminuição da necessidade de procurar pistas de comunicação de consentimento quando voltam a ter relações sexuais – após dois parceiros se envolverem sexualmente de forma consensual, o sexo torna-se algo que já é esperado que volte acontecer sem que um dos parceiros procure o consentimento do outro para se voltarem a envolver.

1.1.2. Vitimização e Perpetuação na Coerção Sexual

Tanto indivíduos do sexo feminino como do sexo masculino podem ser vítimas de coerção sexual (Jackson et al., 2000; Johnson & Sigler, 2000), no entanto, o principal alvo de estudo tem sido a perpetuação de homens e a vitimização de mulheres (Russel et al., 2017; Tharp et al., 2013); os homens cometem mais coerção sexual e as mulheres sofrem mais coerção sexual (Brousseau et al., 2012; Krahe & Berger, 2013).

Um estudo realizado por Serquina-Ramiro (2005) com 600 adolescentes filipinos com idades compreendidas entre os 15 e 19 anos permitiu verificar que 64% dos participantes já tinham praticado ou experienciado algum tipo de pressão ou coerção

sexual nas suas relações amorosas. De entre os participantes que foram vítimas deste tipo de práticas sexuais, 65% eram do sexo feminino e 42% do sexo masculino.

Segundo Brousseau et al. (2011), mais de metade dos casais heterossexuais norte-americanos (54,5%) experimentaram alguma forma de coerção sexual no seu relacionamento atual, sendo que as mulheres apresentam duas vezes mais probabilidade de relatarem ter sofrido de coerção sexual por parte do seu parceiro do que os homens (Kar & O'Leary, 2010).

Smith et al. (2018) verificaram que, nos Estados Unidos, 36,3% das mulheres relataram experiências de coerção sexual durante as suas vidas, sendo que aproximadamente metade destas mulheres referiram que sofreram destes comportamentos por parte de um parceiro íntimo atual ou anterior. Krahe et al. (2015) ao realizarem uma análise com jovens de 10 países da União Europeia, obtiveram resultados muito semelhantes, verificando-se uma taxa de 32,2% de mulheres contra 27,1% de homens que já sofreram de algum tipo de coerção sexual ao longo das suas vidas; no entanto, a diferença de género na perpetuação de comportamentos coercivos foi maior do que na vitimização: 16,1% para homens e 5% para mulheres.

Apesar de grande parte dos estudos realizados sobre vitimização e perpetuação da violência referirem uma unidirecionalidade da violência, já existem estudos que refutaram esse padrão assumindo uma bidirecionalidade da violência, isto é, ser vítima e perpetrador em simultâneo (Antunes & Machado, 2012; Caridade & Machado 2013; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Testa et al., 2011).

Diversos autores como Gidycz et al (1993) e Gidycz et al (1995), de acordo com os indicadores estatísticos, consideram os estudantes universitários como um grupo de risco relativamente à violência sexual. No entanto, a adolescência também tem sido considerada como um período de risco onde existe uma grande vulnerabilidade para a violência sexual, devido à imaturidade emocional, inexperiência relacional e iniciação à sexualidade (Serquina-Ramiro, 2005). Este é um período importante no desenvolvimento psicosssexual do indivíduo em que as experiências de natureza sexual contribuem para a definição de uma relação com o outro (Benbouriche, & Parent, 2018).

Tharp et al. (2013) referem que não existe apenas um único fator para a explicação do comportamento coercivo, mas sim diferentes fatores de proteção e de risco. Alguns estudos consideram que para além das variáveis individuais, é importante estudar variáveis interpessoais e culturais como os *scripts* sexuais, papéis de género, extensão da

educação sexual e cultura de beber (Fuertes et al., 2012; Krahe et al., 2014; Murnen, 2015).

Segundo Marx et al. (1996), os fatores de risco para a vitimização e perpetuação sexual estão divididos em três categorias distintas, sendo estas: as características da vítima (e.g., idade, experiências prévias de vitimização sexual, atitudes e comportamentos); as características dos agressores (e.g., idade, gênero, atitudes, traços de personalidade e modelos de comportamento sexual); e as características situacionais (e.g., consumo de álcool, contexto de ocorrência da situação).

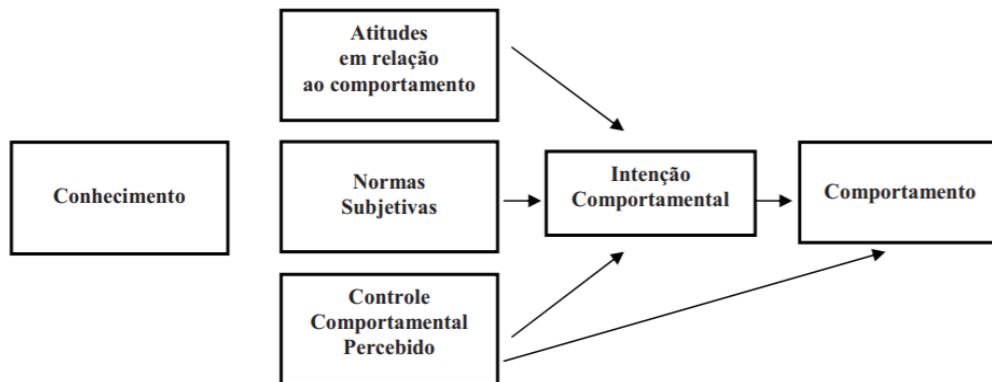
É possível verificar na literatura uma grande diversidade de variáveis associadas aos comportamentos de vitimização e perpetuação na coerção sexual, sendo que algumas delas são associadas a ambos os tipos de comportamento. Variáveis como história de vida marcada pela violência (Bouffard et al., 2016; Fuertes et al., 2006), consumo de álcool e outras drogas antes das interações sexuais (Fuertes et al., 2006; Krahe et al., 2015) e atitudes e crenças tradicionais e estereotipadas de papéis sexuais (Fuertes et al., 2006) foram associadas à vitimização. Relativamente à perpetuação foram associadas variáveis como normas subjetivas e mitos sobre a coerção sexual e violação (Bouffard et al., 2016; Eaton & Matamala, 2014; Fuertes et al., 2012; Tharp et al., 2013; Yost & Zurbriggen, 2006; Zinzow & Thompson, 2015), atitudes em relação à violência interpessoal (Johnson & Johnson, 2017; Krahe et al., 2015), experiências passadas de violência em diferentes contextos (Fuertes et al., 2005; Tharp et al., 2013), consumo de álcool e drogas (Zinzow & Thompson, 2015), bem como preocupação sexual, estima sexual e empatia (Fuertes et al., 2005; Krahe et al., 2015).

1.1.3. Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991)

Apesar de existirem diversos estudos que associam as dimensões da Teoria da Ação Planeada (TAP) aos comportamentos de vitimização e perpetuação na coerção sexual como supramencionados (atitudes e normas subjetivas), são ainda escassos os estudos que analisaram a coerção sexual através da TAP de forma sistemática e integrativa (Enosh, 2007). Através desta teoria, a explicação para a vitimização e perpetuação pode surgir através de uma abordagem sociocognitiva em que o foco deixa de ser a aprendizagem experiencial e se direciona para aspectos mais cognitivos da socialização (atitudes pessoais e normas sociais) (Enosh, 2007).

Figura 1.1.

Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991)



A TAP (Figura 1.1.) foi desenvolvida por Ajzen (1991) a partir da Teoria da Ação Racional (Fishbein & Ajzen, 1975) e tem sido utilizada para isolar os determinantes dos comportamentos humanos gerais de forma a explicar como a mudança de comportamentos pode ser moldada por processos individuais e sociais distintos. Foi formulada com base no princípio de que o ser humano é um ser racional que faz uso sistemático da informação que tem ao seu dispor no momento dos processos de tomada de decisão relativos à execução ou não de determinado comportamento, ou seja, os indivíduos têm em consideração as implicações das suas ações antes de decidirem se executam ou não um determinado comportamento (Ajzen & Fishbein, 1980).

Existem três preditores na explicação do comportamento humano: a atitude em relação ao comportamento, ou seja, em que medida o indivíduo tem uma avaliação negativa ou positiva do comportamento; as normas subjetivas que se referem às expectativas sociais ou pressões exercidas por um indivíduo para realizar o comportamento em questão; e o controle comportamental percebido que é a competência percebida de um indivíduo em realizar o comportamento com base em experiências passadas ou impedimentos previstos. Deste modo, o comportamento pessoal é o resultado das intenções comportamentais que são influenciadas por atitudes pessoais, normas sociais percebidas e capacidade de percepção no controle exercido sobre a situação (Ajzen, 1991). Os indivíduos apresentam uma maior probabilidade de realizar um determinado comportamento se acreditarem que esse comportamento pode levar a obter resultados que estes valorizam, se acreditarem que as pessoas de quem valorizam as opiniões são a favor da realização desse comportamento, e se sentem que têm ao seu dispor os recursos e oportunidades necessárias para que o possam realizar (Conner et al., 1999).

Diversos estudos têm sido realizados de forma a compreender diferentes comportamentos através da TAP, nomeadamente, o consumo de álcool (Conner et al., 1999), tabagismo (Godin et al., 1992), exercício (Norman & Smith, 1995), uso de preservativo (Sheeran, & Taylor, 1999; Wilson et al., 1992) e drogas (Armitage et al., 1999; Mcmillan, & Conner, 2003).

1.1.4. *Scripts Sexuais*

As relações afetivas e sexuais dos jovens são formadas e atualizadas através de um sistema de significados que é providenciado pela cultura onde estes estão inseridos. Deste modo, as suas relações são determinadas por padrões de género, diferenças socioeconómicas e aspetos regionais (Leal, 2003).

De acordo com Enosh (2007), a natureza interativa da coerção sexual conjectura que quando há um encontro de namoro, ambos os envolvidos têm expectativas de vir a desenvolver algum nível de relações românticas e sexuais. A interação sexual em um encontro segue um padrão de interações em que um dos parceiros pode iniciar um avanço sexual, o outro reage a essa iniciação e assim sucessivamente. A reação a essa iniciação pode variar desde a cooperação através da reação passiva, até à resistência direta. Após haver resistência por parte do outro, qualquer tentativa de continuar o avanço sexual é considerada como uma tentativa de coerção sexual (Enosh, 2007). Este padrão é como um *script* pessoal que já está enquadrado socialmente e culturalmente, no entanto, é moldado individualmente (Winstok et al., 2002). Os *scripts* socialmente aceites funcionam como um quadro para códigos de conduta socialmente estipulados, enquanto que os *scripts* pessoais podem distanciar-se destes e conduzir a interações agressivas devido a interpretações erróneas de pistas e/ou códigos morais diferenciais (Krahé et al., 2000).

As normas sociais relativas ao comportamento sexual são mantidas e expressas através de *scripts* sexuais compartilhados culturalmente. De acordo com a Teoria dos *Scripts Sexuais*, estes referem-se a estruturas cognitivas que, por meio do processo de socialização, são aprendidas e permitem prever o comportamento das pessoas nas interações sexuais (Byers, 1996). Permitem delinear quem, o quê, onde, quando, como e porquê do comportamento sexual (Gagnon, 1990).

Segundo Gagnon e Simon (2005), o *script* ocorre em três níveis distintos: cultural, interpessoal e intrapsíquico. A nível cultural, os *scripts* sexuais são comumente entendidos entre membros de uma sociedade, comunidade ou grupo, ou seja, é onde estão as instruções sobre como as pessoas se devem comportar sexualmente, tendo em conta o

seu gênero e estatuto social. Estas instruções têm por base as regras sociais e significados compartilhados no contexto de diversas instituições como a igreja, família e escola, sendo então designados de cenários culturais (Gagnon & Simon, 2005; Gagnon, 2004). Os *scripts* interpessoais são as interpretações dos indivíduos desses cenários culturais. Referem-se à tentativa de um indivíduo colocar em prática a sua própria compreensão dos cenários culturais, do contexto social atual e dos seus próprios desejos (Hynie et al., 1998). Deste modo, os *scripts* interpessoais de um indivíduo são o resultado da sua própria história pessoal de socialização, das suas experiências e dos seus motivos em determinada situação (Simon & Gagnon, 1986), o que leva a que os mesmos cenários culturais resultem em *scripts* interpessoais diferentes entre membros da mesma cultura. Por último, os *scripts* intrapsíquicos são a internalização de *scripts* e cenários compartilhados socialmente. Para se ser competente socialmente é necessário um desempenho social bem-sucedido de cenários culturais, o que exige o ensaio dos *scripts* interpessoais com base nesses cenários. Esse ensaio resulta na internalização dos significados e símbolos inerentes a esses *scripts*, ou seja, molda atitudes, valores e crenças individuais, o que leva os *scripts* interpessoais a agir como elo entre atitudes individuais e normas sociais (Hynie et al., 1998). Estes três níveis de *script* estão integrados dinamicamente, o que envolve um processo contínuo de interpretação e reinterpretação de mensagens e ações do eu e dos outros (Gagnon, 1990).

Os *scripts* interpessoais podem explicar o porquê das atitudes individuais e normas sociais percebidas poderem falhar em prever o comportamento real. Segundo as teorias de autoeficácia (Ajzen, 1991; Bandura, 1977), a influência das atitudes e normas sociais no comportamento depende do conhecimento que o indivíduo tem em como colocar em ação essas atitudes e normas, ou seja, pelo conhecimentos que tem dos *scripts* apropriados para tal. Quando existe um desfasamento entre transmitir certos comportamentos e o conhecimento de como encenar esses comportamentos nas interações, as pessoas têm menor probabilidade de agir de acordo com as suas atitudes (Hynie et al, 1998). Este pode ser um problema em áreas em que cenários culturais ainda não se tenham adaptado para refletir as mudanças de atitudes da maioria dos indivíduos, o que pode ser particularmente problemático para indivíduos que não tenham experiência suficiente com determinadas situações ou com os seus parceiros de interação, podendo levar à criação dos seus próprios *scripts* para promover comportamentos preferenciais (Hynie et al., 1998).

No que concerne às expectativas relativas às trocas sexuais numa relação íntima, as relações sexuais podem-se reger por uma abordagem comum ou por uma abordagem de troca. Hughes e Snell (1990) basearam-se nos conceitos troca e comum da Teoria da Orientação do Relacionamento de Clark e Mills (1979) para perceber o tipo de abordagem utilizado relativamente aos benefícios que são dados e recebidos nas relações sexuais.

Um relacionamento que se rege por uma abordagem de troca é aquele em que os benefícios são dados na premissa de que mais tarde um benefício semelhante seja retribuído, isto é, o recetor desse benefício fica em dívida para com o seu parceiro no qual deve retribuir de forma adequada e comparável ao benefício que lhe foi dado. Indivíduos que estejam numa relação com uma abordagem de troca não sentem obrigação/responsabilidade pela satisfação e bem-estar sexual do parceiro, apenas dão prazer sexual em resposta a benefícios sexuais que receberam no passado ou que esperam receber no futuro. Já um relacionamento que se reje por uma abordagem comum é aquele em que os benefícios são concedidos no pressuposto de que são em resposta a alguma necessidade do parceiro, revelando preocupação com o bem-estar sexual do mesmo. Indivíduos que estejam numa relação com uma abordagem comum sentem interesse e responsabilidade pelo bem-estar sexual do parceiro, dando benefícios simplesmente com o intuito de agradá-lo e demonstrar o desejo de responder ao seu bem-estar. Porém, também é esperada reciprocidade por parte do outro relativamente ao seu bem-estar e necessidades sexuais.

1.1.5. Duplo Padrão Sexual

Ao longo dos tempos têm ocorrido diversas transformações sociais que têm influência no conjunto de normas que determinam se certos comportamentos sexuais são ou não aceites socialmente, tendo em conta o género da pessoa – duplo padrão sexual (Reiss, 1964) – o que leva a que os comportamentos e atitudes face à sexualidade estejam diretamente relacionados com a moral que rege em determinada sociedade. Segundo Milhausen e Herold (1999, 2002) o conceito de duplo padrão sexual contém duas dimensões diferentes, uma relacionada com a perceção social – modo como a pessoa aceita no que a sociedade pensa face à existência ou não de um duplo padrão sexual - e outra com a aceitação pessoal - modo como a pessoa pensa acerca da existência ou não de um duplo padrão sexual.

Segundo Sierra et al. (2007), existiu um longo período em que, através de uma ordem social de tradição patriarcal, era consentido/justificado o uso da violência por parte do homem, levando à limitação da sexualidade feminina passiva e à reprodução. A

principal razão para as mulheres aceitarem estes deveres conjugais que incluíam também o serviço sexual, devia-se ao facto de dependerem financeiramente do homem (Dantas-Berger & Giffin, 2005).

O duplo padrão sexual avalia homens e mulheres de forma distinta, dando uma maior liberdade ao género masculino do que ao feminino no que diz respeito ao sexo pré-matrimonial, na existência de diversos parceiros sexuais, no início de relações sexuais em idades mais precoces e relativamente a relações isentas de compromisso. Sendo dado um maior apoio ao poder patriarcal dos homens e exigido um maior controlo face às mulheres, a desigualdade de género acaba por ser reforçada (Rudman et al., 2013).

Lyons et al. (2011) no seu estudo realizado apenas com raparigas, concluíram que o duplo padrão sexual tradicional é também mantido devido às mulheres, pois apesar de algumas raparigas terem relatado que era injusto os homens terem mais liberdade sexual do que as mulheres, outras aceitavam o padrão que era imposto ao seu género. Posto isto, homens e mulheres possuem julgamentos relativamente ao comportamento sexual da mulher, o que demonstra que existem alguns elementos do duplo padrão sexual tradicional que ainda se encontram ativos (Greene & Faulkner, 2005).

Contrariamente ao estudo referido acima, existem estudos que verificaram que o duplo padrão sexual tradicional não é apenas mantido pelas mulheres, mas sim por ambos os sexos. No entanto, esses estudos referem ser os homens quem mais apoiam a existência desse duplo padrão sexual (Allison & Risman, 2013; Sakaluk & Milhausen, 2012; Young et al., 2010).

Weaver et al. (2013) no seu estudo com estudantes universitários encontraram resultados diferentes dos que são maioritariamente relatados – não encontraram evidências de que homens e mulheres são avaliados socialmente de formas distintas relativamente aos seus comportamentos sexuais.

Um estudo realizado por Rudman et al. (2013) para perceber o porquê dos homens serem mais respeitados ao se envolverem em mais relações casuais e com diversas parceiras, enquanto que as mulheres são desvalorizadas e estigmatizadas se tiverem esses comportamentos, revelou que tanto homens como mulheres são responsáveis pelo duplo padrão sexual pois ambos utilizam mitos de violação e o estigma social como argumentos para desencorajar as outras mulheres a terem relações sexuais ocasionais.

Em suma, o duplo padrão sexual tradicional favorece os homens heterossexuais extremamente ativos sexualmente avaliando-os mais positivamente do que mulheres que exibam o mesmo comportamento (Zaikman & Marks, 2017). Avaliar a prevalência do

duplo padrão sexual é de significativa relevância para a compreensão da saúde sexual que está associada à capacidade de desfrutar e expressar livremente a sexualidade (Lottes & Kontula, 2000). Este tem vindo a ser associado a diversas questões sexuais como agressões sexuais (Eaton & Matamala, 2014; Moyano et al., 2017), vitimização sexual (Eaton & Matamala, 2014; Sierra et al., 2011), atitudes de culpa das vítimas (Gracia et al., 2018), aumento do risco em adquirir infeções sexualmente transmissíveis (Fasula et al., 2014; Ramiro-Sánchez et al., 2018) e menor satisfação sexual (Haavio-Mannila & Kontula, 2003; Santos-Iglesias et al., 2009).

Segundo Sakaluk et al. (2014), o sexo é visto de forma diferente para homens e mulheres no que diz respeito à sua função - os homens têm relações sexuais devido aos desejos físicos enquanto que as mulheres o fazem por proximidade emocional. No mesmo sentido, é ainda esperado que os homens tenham experiência sexual, porém, se as mulheres forem sexualmente ativas, podem ser alvo de julgamentos negativos por parte da sociedade.

Por norma, as mulheres são consideradas como potenciais vítimas da sexualidade uma vez que ainda existe uma crença muito forte de que são as mais vulneráveis no sexo (Murnen et al., 2002). Os homens podem tornar-se perpetradores de coerção sexual quando os seus desejos físicos assumem o controlo e anulam a recusa da mulher, porém, o cenário de um homem sexualmente relutante e uma mulher sexualmente coerciva (mulheres perpetradoras e homens vítimas) não se encaixa no padrão sexual (Denov, 2003).

Em relacionamentos de casais que têm uma história de sexo consensual e nos quais existe a crença de que as mulheres devem continuar a aceitar ter sexo em futuros encontros, a coerção sexual pode ser normalizada (Edwards et al., 2011). Aquando do momento da denúncia de um comportamento de coerção sexual por parte dos seus parceiros, as vítimas podem ser questionadas por parte dos policiais e operadores legais que lidam com este tipo de casos sobre o não cumprimento dos papéis tradicionais de género, o que pode contribuir para que as mesmas normalizem a situação e não consigam perceber que são vítimas de um crime. Posto isto, as vítimas acabam por deixar de relatar este tipo de situações vivenciadas e mantêm a sua relação abusiva (Garrido-Macías et al., 2020).

1.2. O Presente Estudo

Após a revisão da literatura apresentada, é possível verificar que a coerção sexual nas relações íntimas tem vindo a ser cada vez mais frequente entre jovens casais, o que

revela a importância de continuar a investigação neste campo de forma a compreender os diversos fatores que influenciam o comportamento coercivo.

Diversos estudos têm associado aleatoriamente a vitimização e perpetuação da coerção sexual a algumas dimensões da TAP (atitude e normas subjetivas), no entanto, é relevante entender até que ponto o comportamento coercivo consegue ser explicado pela teoria em si, assumindo que a intenção para a realização de um determinado comportamento está relacionada com aspetos cognitivos da socialização.

Os *scripts* sexuais e o duplo padrão sexual têm vindo a ser associados com frequência a determinados comportamentos sexuais. Estas são duas variáveis que parecem apresentar uma forte influência na forma como o indivíduo percebe determinados comportamentos e, conseqüentemente, experienciar o papel de vítima ou perpetrador perante os mesmos.

Os principais objetivos deste estudo passam por verificar: a) se os *scripts* em relação aos relacionamentos sexuais e o duplo padrão sexual influenciam as atitudes, normas subjetivas e controlo comportamental percebido; e b) se a vitimização e perpetuação são explicadas pelos componentes da TAP.

Posto isto, o presente estudo partiu do pressuposto que os *scripts* relativos às trocas sexuais numa relação e a aceitação de um duplo padrão sexual tradicional se correlacionam com a atitude face à coerção sexual e com a norma subjetiva, bem como contribuem para explicar o comportamento de vitimização/perpetuação; e, por último, que uma atitude mais permeável à coerção sexual, uma maior pressão dos pares para aceitar comportamentos coercivos e a existência de comportamentos prévios de coercividade explicam a intenção comportamental para agir de forma coerciva.

2. Metodologia

2.1. Amostra

A amostra foi selecionada da população geral e foi recolhida de forma não estratificada, por conveniência da natureza do estudo. Constituíram fatores de exclusão ter idade inferior a 18 anos e superior a 30 anos; não ser de nacionalidade portuguesa; orientação sexual homossexual/bissexual; e indivíduos sem história de relações emocionais/sexuais.

A população em estudo foi constituída por 256 participantes, 81.6% do sexo feminino e 18.4% do sexo masculino. As suas idades variam entre os 18 e 30 anos, sendo

a idade média do grupo dos homens de 23.17 anos (DP=2.99) e do grupo das mulheres de 22.42 anos (DP=2.49). No que se refere aos anos de escolaridade, os homens apresentam uma média de 13.89 anos (DP=2.12) e as mulheres uma média de 14.85 anos (DP=2.10).

Em relação à história de relacionamento amorosos, atualmente, encontram-se numa relação amorosa 55.3% dos homens e 67.5% das mulheres. Essas relações tem uma média de 31.35 meses (DP=30.89) nos homens e de 36.09 meses (DP=31.65) nas mulheres. Ao serem questionados sobre a estabilidade e exclusividade das suas relações atuais, no grupo dos homens, 53.19% considera a sua relação estável, no entanto, há um decréscimo relativamente à sua exclusividade (51.06%); no grupo das mulheres, o mesmo não se verifica, uma vez que 60.29% tanto considera a sua relação estável como exclusiva.

Todos os participantes foram questionados sobre a história de comportamentos de vitimização e perpetuação de coerção sexual ao longo das suas relações. Relativamente aos comportamentos de vitimização, no grupo dos homens, 14.89% refere já se ter sentido coagido sexualmente, 19.15% forçado, 6.38% chantageado e 48.94% admite já ter cedido aos avanços da sua parceira apesar de inicialmente não ser sua vontade. No grupo das mulheres, 22.49% já se sentiu coagida sexualmente, 15.79% forçada, 4.79% chantageada e, 54.07%, ou seja, mais de metade das inquiridas, admite já ter cedido aos avanços por parte do seu parceiro mesmo quando inicialmente não era sua vontade.

Porém, no que se refere aos comportamentos de perpetuação, encontram-se percentagens mais baixas comparativamente aos comportamentos de vitimização, tanto no grupo dos homens como no das mulheres. No grupo dos homens, 6.38% admite já ter coagido sexualmente a sua parceira e 4.26% chantageado, no entanto, nenhum homem refere já ter forçado a sua parceira a fazer alguma coisa que não desejava. No grupo das mulheres, 7.18% refere já ter coagido sexualmente o seu parceiro, 2.87% chantageado e 1.91% ter recorrido à força para que o seu parceiro fizesse alguma coisa que não desejava.

2.2. Instrumentos

2.2.1. *Questionário sociodemográfico*

Questionário para recolha de informação sociodemográfica sobre cada participante (e.g. sexo, idade, anos de escolaridades, orientação sexual, estado civil, região de origem, situação profissional), incluindo dados sobre a história de relacionamentos atuais ou passados de cada um.

2.2.2. Questionário sobre a história de relacionamentos amorosos

Conjunto de questões que permitem caracterizar o relacionamento amoroso atual ou passado de cada participante, como a duração da relação, tipo de relação (aberta/fechada), em que fase o participante considera que a relação se encontra, comportamentos coercivos ou de agressividade entre parceiros, entre outras. Este tipo de questões permite fazer um levantamento de alguma informação sobre as suas relações para perceber se têm impacto na coerção sexual.

2.2.3. Escala de Relacionamento Sexual - The Sexual Relationship Scale (SRS)

Escala elaborada por Hughes e Snell (1990) que pretende medir as expectativas relativas às trocas sexuais numa relação íntima, isto é, permite perceber qual a abordagem utilizada nas relações íntimas: se uma Abordagem de Troca (*The Exchange Approach to Sexual Relations* - EASR) onde é esperada reciprocidade por parte do parceiro nos benefícios sexuais que são dados; ou uma Abordagem Comum (*The Communal Approach to Sexual Relations* - CASR) em que os benefícios são dados em resposta a uma determinada necessidade, envolvendo deste modo a preocupação com o bem-estar sexual do parceiro.

A SRS é composta por um conjunto de 24 afirmações em que os participantes respondem a cada item usando uma escala de *Likert* de cinco pontos (0 - não é nada característico meu e 4 - é muito característico meu). Os itens 6, 8, 10 e 18 são itens codificados inversamente. A escala está dividida em duas subescalas: (a) EASR - itens 2, 6, 8, 10, 12, 14, 16 e 18 – que apresenta afirmações como “Geralmente, quando faço amor com alguém, eu espero algo em troca” ($\alpha = .78$; $\alpha = .59$ para os homens e $\alpha = .67$ para as mulheres); (b) CASR - itens 1, 3, 4, 9, 13, 15, 21 e 24 – apresenta afirmações como “Eu ficaria incomodado/a se o/a meu/minha parceiro/a sexual negligenciasse as minhas necessidades” ($\alpha = .78$; $\alpha = .77$ para homens e $\alpha = .79$ para as mulheres). A pontuação é obtida através do somatório dos oito itens de cada subescala que pode variar entre 0 e 32, sendo que quanto mais alta for a pontuação, mais forte é a abordagem.

Este instrumento não se encontra adaptado para a população portuguesa, tendo sido traduzido para língua portuguesa e, posteriormente, realizado um pré-estudo para analisar a sua fiabilidade. No presente estudo, a subescala EASR apresenta um alfa de .63 para a amostra total ($\alpha = .55$ para os homens e $\alpha = .65$ para as mulheres) e a subescala CASR um alfa de .59 para a amostra total ($\alpha = .48$ para os homens e $\alpha = .64$ para as mulheres). Deste modo, a subescala EASR apresenta um grau de fiabilidade aceitável enquanto a subescala CASR apresenta um grau de fiabilidade mais fraco.

2.2.4. Escala de Duplo Padrão Sexual - Sexual Double Standard Scale (SDSS)

Escala elaborada por Muehlenhard e Quackenbush (2011) que pretende medir até que ponto os participantes aderem ao duplo padrão sexual tradicional em que homens e mulheres são socialmente avaliados de forma diferenciada, relativamente aos seus comportamentos. Este duplo padrão sexual tradicional permite aos homens uma maior liberdade sexual do que às mulheres em relação ao sexo pré-matrimonial, diversos parceiros e sexo em tenra idade ou numa relação nova ou sem compromisso. A escala é composta por 26 itens em que os participantes respondem a cada item usando uma escala de *Likert* de quatro pontos (0 – discordo totalmente e 3 – concordo totalmente). São exemplos de itens “É pior para uma mulher dormir com qualquer um, do que é para um homem” e “Eu sinto alguma pena de uma mulher que aos 21 anos ainda é virgem. Os itens 4, 5 e 8 são itens codificados inversamente. A pontuação obtida pode variar entre -30 e 48, sendo que: valores mais próximos de -30 indicam aceitação de uma maior liberdade sexual para as mulheres do que para os homens; valores próximos de 0 indicam padrões idênticos para mulheres e homens; e, por último, valores próximos de 48 indicam a aceitação do duplo padrão sexual tradicional que permite aos homens maior liberdade sexual do que às mulheres.

No seu estudo original, este instrumento apresenta um alfa de *Cronbach* de .76 para os homens e .73 para as mulheres. Uma vez que não se encontra adaptado para a população portuguesa foi realizada a sua tradução para língua portuguesa e, posteriormente, realizado um pré-estudo para analisar a sua fiabilidade. No presente estudo, apresenta um grau de fiabilidade aceitável de 0.68 para a amostra total ($\alpha = .73$ para os homens e $\alpha = .64$ para as mulheres).

2.2.5. Variáveis da Teoria da Ação Planeada (Atitude, Norma Subjetiva e Controlo Comportamental Percebido)

Este instrumento foi elaborado de acordo com as recomendações de Enosh (2007) para a medição destas variáveis. Para os itens de atitude foram realizadas afirmações como “Se um rapaz quer curtir com uma rapariga e ela demonstra passividade, o rapaz deve persistir.”; para os itens da norma subjetiva “Considero que os meus amigos acreditam que se um rapaz quer curtir com uma rapariga e esta demonstrar passividade, ele deve persistir.”; e para os itens de controlo comportamental percebido “Se eu quiser curtir com o/a meu/minha parceiro/parceira e ele/a não estiver interessado/a, posso sempre parar.”. As respostas foram obtidas através de uma escala de *Likert* de cinco

pontos (0 – discordo totalmente e 4 – concordo totalmente), o que faz com que a pontuação de cada variável varie entre 0 e 16 pontos. Os itens de atitude e normas subjetivas foram construídos manipulando as questões de gênero do iniciador (rapaz/rapariga), o tipo de ato sexual iniciado (curtir/relações sexuais) e o nível de resistência (passivo/resistente) resultando numa matriz de oito itens (2x2x2) para cada variável. Os itens de controlo comportamental percebido foram construídos para os dois tipos de contexto possíveis, ou seja, iniciação de um ato sexual por parte do participante e pelo seu parceiro (autocontrolo/controlo do parceiro) e tipo de ato sexual iniciado (curtir/relações sexuais).

A Atitude permite compreender qual a avaliação de cada participante relativamente ao comportamento de coerção sexual tendo em conta dois tipos de resposta por parte da vítima: resposta passiva e resposta de resistência. A Norma Subjetiva permite perceber quais as expectativas sociais ou pressões exercidas para a realização do comportamento coercitivo, seja através de resposta passiva ou de resistência por parte da vítima. O Controlo Comportamental Percebido mede a perceção de facilidade ou dificuldade dos participantes em exercer ou ceder ao comportamento coercivo.

Enosh (2007), no seu estudo, utilizou a Atitude ($\alpha = .88$ para toda a amostra; $\alpha = .88$ para homens; $\alpha = .83$ para mulheres) e Norma Subjetiva ($\alpha = .87$ para toda a amostra; $\alpha = .84$ para homens; $\alpha = .89$ para mulheres) como uma variável compósita devido à alta confiabilidade interna dos itens, independentemente do sexo do iniciador, do tipo de ato sexual ou nível de resistência. Na variável Controlo Comportamental Percebido, o autor optou por usar as subdimensões da variável (autocontrolo e controlo do parceiro) devido à correlação obtida entre os dois itens ($r = .45$ para toda a amostra; $r = .35$ para homens $r = .45$ para mulheres).

No presente estudo, as consistências internas das variáveis indicaram confiabilidades opostas às de Enosh (2007). A consistência interna da variável Atitude indica uma maior confiabilidade dos itens nas suas subdimensões ($\alpha = .88$ para a Atitude; $\alpha = 0.96$ para a Atitude Resposta Passiva; $\alpha = .92$ para a Atitude Resposta Resistência), uma correlação positiva fraca entre as subdimensões ($r = .27$, $p < .001$) e diferenças significativas entre sexos. O mesmo acontece com a variável Norma Subjetiva apesar de apresentar uma correlação linear média entre as subdimensões ($\alpha = .91$ para a Norma Subjetiva; $\alpha = .94$ para a Norma Subjetiva Resposta Passiva; $\alpha = .92$ para a Norma Subjetiva Resposta Resistência; $r = .49$, $p < .001$). Porém, a variável Controlo Comportamental Percebido, apresenta maior confiabilidade dos itens como uma

dimensão única apesar das suas diferenças entre sexos ($\alpha = .92$ para o Controlo Comportamental Percebido; $\alpha = .80$ para o autocontrolo; $\alpha = .88$ para o controlo do parceiro; $r = .85$, $p < .001$). Posto isto, foram consideradas como variáveis a *Atitude Resposta Passiva*, *Atitude Resposta Resistência*, *Norma Subjetiva Resposta Passiva*; *Norma Subjetiva Resposta Resistência* e *Controlo Comportamental Percebido*.

2.2.6. Vitimização e Perpetuação

Este instrumento foi elaborado de acordo com as recomendações de Enosh (2007) para medir as experiências de vitimização e perpetuação de cada participante nas suas experiências nos últimos três meses. Para a medição da vitimização foram realizadas afirmações como “O/a meu/minha parceiro/parceira persistiu com a tentativa de ter relações sexuais comigo apesar de eu ter demonstrado passividade” e para a perpetuação, afirmações como “Persisti com a tentativa de curtir com o/a meu/minha parceiro/parceira apesar de este/esta ter demonstrado resistência.”. As respostas foram obtidas através de uma escala de *Likert* de cinco pontos (0 – não aconteceu e 4 – aconteceu sempre), sendo que a pontuação total pode variar entre 0 e 16 para cada variável - quanto maior for a pontuação obtida, com mais frequência o participante teve no papel de vítima ou perpetrador. Os itens foram construídos manipulando as três dimensões referidas nas variáveis do instrumento acima: iniciador (eu/parceiro); tipo de ato sexual (curtir/relação sexual); e nível de resistência (passivo/resistente). Os resultados obtidos demonstraram boa consistência interna, tanto para a Vitimização ($\alpha = .82$ para a Vitimização; $\alpha = .83$ para a Vitimização resposta passiva; $\alpha = .87$ para a Vitimização resposta resistência; $r = .54$, $p < .001$) como para a Perpetuação ($\alpha = .82$ para a Perpetuação; $\alpha = .84$ para a Perpetuação resposta passiva; $\alpha = .86$ para a Perpetuação resposta resistência; $r = .54$, $p < .001$) não demonstrando diferenças significativas entre sexos. Deste modo, a Vitimização e Perpetuação foram trabalhadas como variáveis compósitas.

2.3. Procedimento

2.3.1. Procedimento de Recolha de Dados

Para a recolha de dados da presente investigação foi apresentado a cada participante um consentimento informado sobre o estudo, onde era esclarecido que a participação no mesmo era voluntária e sem quaisquer implicações físicas e morais na vida do sujeito. Após aceite o consentimento, foram disponibilizados os questionários de avaliação das medidas em estudo. Estes questionários foram divulgados em formato digital na plataforma *EUSurvey*, através de um link disponibilizado nas redes sociais.

2.3.2. Procedimento de Análise de Dados

Os dados recolhidos foram tratados e analisados estatisticamente com recurso ao *software SPSS (Statistical Packages for the Social Sciences, versão 26.0)*. Primeiramente, procedeu-se à análise da fiabilidade (alfa de *Cronbach*) das variáveis proporcionadas pelos instrumentos utilizados e foram realizadas correlações entre as diferentes dimensões que compõem as variáveis TAP (Atitude, Norma Subjetiva e Controlo Comportamental Percebido) para a verificação da utilização ou não de variáveis compósitas. Foram também realizadas correlações de *Pearson* entre as variáveis para verificar a relação entre si e análises univariadas para a comparação entre grupos. Por último, realizaram-se regressões estatísticas múltiplas para compreender o papel dos *scripts* sexuais numa relação e do duplo padrão sexual nas variáveis que compõem a TAP e, para compreender o papel destas na explicação do comportamento de vítima e perpetrador, considerando o grupo a que pertencem.

3. Análise de Resultados

3.1. Análise Descritiva Univariada

Foram medidos o duplo padrão sexual (SDSS), os *scripts* sexuais numa relação (EASR e CASR), a atitude (resposta passiva e de resistência), norma subjetiva (resposta passiva e de resistência) e controlo comportamental percebido face ao comportamento coercivo e, por último, a vitimização e perpetuação de cada participante.

Na tabela seguinte (Tabela 3.1.) estão sintetizados os resultados gerais descritivos de cada variável.

Tabela 3.1.

Caracterização das variáveis em estudo para a amostra total

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
SDSS	-4.00	18.00	4.48	3.39
EASR	.00	27.00	11.24	5.60
CASR	.00	32.00	22.56	4.56
Atitude Passiva	.00	16.00	3.85	4.30
Atitude Resistência	.00	14.00	.75	2.20
Norma Subjetiva Passiva	.00	16.00	5.42	4.56
Norma Subjetiva Resistência	.00	16.00	2.06	3.37

Controlo Comportamental Percebido	.00	16.00	15.04	2.42
Vitimização	.00	16.00	1.86	2.79
Perpetuação	.00	15.00	1.22	2.33

Os resultados obtidos na SDSS apresentam valores entre -4 e 18, mínimo e máximo respetivamente, situando-se a média da amostra em 4.48 (DP=3.39). Estes valores permitem verificar que a amostra, no geral, apresenta valores mais próximos de 0 do que 48, indicando que percecionam padrões sexuais muito idênticos para homens e mulheres, isto é, homens e mulheres são socialmente avaliados de forma idêntica relativamente aos seus comportamentos sexuais. Porém, sendo o máximo obtido de 18, pode-se verificar que existem participantes que avaliam de forma diferenciada homens e mulheres relativamente à sua liberdade sexual, permitindo aos homens uma maior liberdade sexual.

Relativamente à Escala de Relacionamento Sexual, a subescala EASR apresenta valores entre 0 e 27 (M=11.24; DP=5.60) e a subescala CASR valores entre 0 e 32 (M=22.56; DP=4.56). A média da amostra apresenta-se mais elevada na subescala CASR, o que permite verificar que os participantes parecem ter maiores expectativas de que, numa relação sexual, os benefícios são dados como resposta a uma necessidade, e não tanto como algo que é dado no pressuposto da reciprocidade.

Através dos resultados obtidos nas dimensões da TAP, é possível verificar que a atitude de persistência face à coerção sexual é mais favorável perante uma resposta passiva (M=3.85; DP=4.30) do parceiro do que perante uma resposta de resistência (M=.75; DP=2.20). Os valores da Norma Subjetiva apresentam-se mais elevados na subdimensão Norma Subjetiva Passiva (M=5.42; DP=4.56) do que na subdimensão Norma Subjetiva Resistência (M=2.06; DP=3.37), o que permite verificar que a amostra detém a crença de que os seus pares são a favor do uso de métodos coercivos perante uma resposta passiva do parceiro. O Controlo Comportamental Percebido é a dimensão da TAP em que se verifica a média mais elevada da amostra (M=15.04; DP=2.42), indicando que os participantes apresentam uma forte perceção de facilidade em exercer ou ceder ao comportamento coercivo.

Por último, ambas as variáveis Vitimização (M=1.86; DP=2.79) e Perpetuação (M=1.22; DP=2.33) apresentam uma média inferior a dois, o que indica que os participantes tiveram poucas experiências nos seus relacionamentos como vítimas e

perpetuadores nos últimos três meses. No entanto, através do valor máximo obtido nestas variáveis - valor máximo de 16 na vitimização e de 15 na perpetuação -, também é possível verificar que existem participantes que, nos últimos três meses, têm experienciado com frequência o papel de vítimas e de perpetradores de coerção sexual.

3.2. Correlações entre Medidas

Na tabela seguinte (Tabela 3.2) estão representados os níveis de correlação entre as variáveis em estudo que foram analisadas através do teste de correlação de *Pearson*.

Tabela 3.2.*Correlações entre variáveis para a amostra total*

	SDSS	EASR	CASR	Atitude Passiva	Atitude Resistência	Norma Subjetiva Passiva	Norma Subjetiva Resistência	Controlo Comportamental Percebido	Vitimização	Perpetuação
SDSS	1	.101	-.106	.128*	.250**	.091	.140*	-.132*	.094	.119
EASR		1	.013	.178**	.110	.063	.055	-.204**	.182**	.120
CASR			1	.072	-.057	.078	-.060	.311**	.067	.081
Atitude Passiva				1	.268**	.700**	.171**	-.018	.291**	.399**
Atitude Resistência					1	.163**	.481**	-.163**	.195**	.330**
Norma Subjetiva Passiva						1	.490**	.013	.334**	.354**
Norma Subjetiva Resistência							1	-.115	.196**	.181**
Controlo Comportamental Percebido								1	-.192**	-.121
Vitimização									1	.647**
Perpetuação										1

* $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,01$

A SDSS apresenta uma correlação negativa fraca com o Controle Comportamental Percebido, o que sugere que quanto maior é a aceitação do duplo padrão sexual tradicional, menor é o controle percebido sob o comportamento coercivo. Apresenta uma correlação positiva fraca com a Atitude Passiva e a Norma Subjetiva Resistência e, uma correlação positiva moderada com a Atitude Resistência.

Relativamente à Escala de Relacionamento Sexual, a subescala EASR apresenta uma correlação negativa moderada com o Controle Comportamental Percebido, sugerindo que quanto mais forte é a abordagem de troca num relacionamento íntimo, menor é a percepção de controle exercido sob o comportamento coercivo. Esta subescala correlaciona-se de forma positiva fraca e estatisticamente significativa com a Atitude Passiva e com a Vitimização. A subescala CASR apresenta uma correlação positiva moderada com o Controle Comportamental Percebido, o que sugere que quanto mais forte é a abordagem comum num relacionamento íntimo, maior é a percepção de controle exercido sob o comportamento coercivo.

A Atitude Passiva apresenta uma correlação positiva fraca com a Norma Subjetiva Resistência e uma correlação positiva forte com a Norma Subjetiva Passiva, sugerindo que uma atitude de persistência perante uma resposta passiva está diretamente relacionada com as expectativas e pressões exercidas pelos pares perante uma resposta passiva.

Relativamente à Atitude Resistência, esta medida apresenta uma correlação negativa fraca com o Controle Comportamental Percebido, o que indica que quanto maior é a atitude de persistência perante uma resposta de resistência do parceiro, menor é a percepção do controle exercido sob o comportamento coercivo. Apresenta também uma correlação positiva fraca com a Norma Subjetiva Passiva e uma correlação positiva moderada a forte com a Norma Subjetiva Resistência.

A Vitimização apresenta uma correlação negativa fraca com o Controle Comportamental Percebido, sugerindo que ser mais vítima implica que a percepção do controle exercido sob o comportamento coercivo seja menor. Apresenta ainda uma correlação positiva fraca com a Atitude Resistência e a Norma Subjetiva Resistência e, uma correlação positiva moderada com as subdimensões Atitude Passiva e Norma Subjetiva Passiva.

Por sua vez, a Perpetuação correlaciona-se de forma positiva fraca com a Norma Subjetiva Resistência e de forma positiva moderada com as subdimensões Atitude Passiva, Atitude Resistência e Norma Subjetiva Passiva. Apresenta também uma

correlação positiva forte com a Vitimização, o que indica que ser mais perpetrador implica ser mais vítima.

3.3. Comparação entre Grupos

Foi conduzida uma análise de diferenças entre médias para os dois grupos, homens e mulheres, para verificar se existiam efeitos de género nos resultados obtidos nas diferentes medidas do presente estudo (Tabela 3.3.).

Considerando a diferença de participantes entre grupos (47 homens e 209 mulheres) optou-se for realizar um teste não paramétrico para amostras independentes (Teste de Mann-Whitney).

Tabela 3.3.

Comparação de médias entre grupos

	Homens (H) (N=47) Média ± DP	Mulheres (M) (N=209) Média ± DP	U	P
SDSS	5.21 ± 4.075	4.32 ± 3.201	4416	.277
EASR	12.38 ± 5.709	10.99 ± 5.553	4260.50	.155
CASR	22.15 ± 3.884	22.66 ± 4.700	4354.50	.223
Atitude Passiva	5.89 ± 4.410	3.39 ± 4.143	3273.50	.000
Atitude Resistência	1.87 ± 3.561	.50 ± 1.662	3872.50	.000
Norma Subjetiva Passiva	6.81 ± 4.567	5.11 ± 4.508	3793.50	.013
Norma Subjetiva Resistência	3.36 ± 3.991	1.77 ± 3.145	3628.50	.002
Controlo Comportamental Percebido	14.19 ± 2.954	15.23 ± 2.241	3835.50	.001
Vitimização	2.21 ± 3.303	1.78 ± 2.663	4672	.574
Perpetuação	2.00 ± 3.142	1.05 ± 2.075	4079	.034

Os resultados obtidos permitem-nos observar que as medidas SDSS, EASR, CASR e Vitimização não apresentam diferenças estatisticamente significativas entre

grupos. Porém, nas medidas que compõem a TAP e na Perpetuação foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Na Atitude Passiva ($H = 5.89 \pm 4.410$; $M = 3.39 \pm 4.143$; $p \leq .001$), Atitude Resistência ($H = 1.87 \pm 3.561$; $M = .50 \pm 1.662$; $p \leq .001$), Norma Subjetiva Passiva ($H = 6.81 \pm 4.567$; $M = 5.11 \pm 4.508$; $p < .05$) e Norma Subjetiva Resistência ($H = 3.36 \pm 3.991$; $M = 1.77 \pm 3.145$; $p < .05$), o grupo dos homens apresenta valores acima da média comparativamente ao grupo das mulheres. Em ambos os grupos, verifica-se que uma atitude de persistência face à coerção sexual é mais favorável perante uma resposta passiva do parceiro do que uma resposta de resistência. O mesmo se verifica na dimensão Norma Subjetiva, em que, tanto homens como mulheres, detêm a crença de que os seus pares são mais a favor do uso de métodos coercivos perante uma resposta passiva do parceiro do que uma resposta de resistência. No entanto, no Controlo Comportamental Percebido, é o grupo das mulheres que apresenta valores acima da média comparativamente ao grupo dos homens ($H = 14.19 \pm 2.954$; $M = 15.23 \pm 2.241$; $p \leq .001$).

Por último, na Perpetuação, o grupo dos homens apresenta valores mais elevados do que o grupo das mulheres ($H = 2.00 \pm 3.142$; $M = 1.05 \pm 2.075$; $p < .05$), sugerindo que os homens perpetuam mais do que as mulheres.

3.4. Regressões Estatísticas

Com o objetivo de verificar o efeito que o SDSS, a EASR e a CASR exercem sobre cada uma das dimensões da TAP, realizou-se uma regressão linear hierárquica para cada uma das dimensões. De seguida, procedeu-se à mesma técnica para verificar o efeito que cada uma das dimensões da TAP exerce sobre a Vitimização e Perpetuação. Todas as regressões hierárquicas foram realizadas para cada grupo em separado, homens e mulheres.

3.4.1. *Análise da Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre as dimensões da TAP*

No grupo dos homens, não se verificou nenhum efeito significativo do SDSS, EASR e CASR sobre qualquer dimensão da TAP.

Relativamente ao grupo das mulheres foram encontrados efeitos explicativos significativos nas dimensões Atitude Passiva, Atitude Resistência, Norma Subjetiva Resistência e Controlo Comportamental Percebido como pode ser observado nas tabelas seguintes.

Tabela 3.4.*Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre a Atitude Passiva*

Mulheres					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	P
1				.003	.203
	SDSS	.089	.203		
2				.039	.011
	SDSS	.087	.207		
	EASR	.186	.007		
	CASR	.097	.161		

O bloco 1 refere-se ao impacto do SDSS sobre a Atitude Passiva que, conforme observado na Tabela 3.4., os resultados revelam um modelo que não é estatisticamente significativo ($p > .05$). No bloco 2, quando introduzidas as dimensões da Escala de Relacionamento Sexual (EASR e CASR), os resultados obtidos revelam um modelo que é estatisticamente significativo ($p = .011$). O valor do r^2 de .039 sugere que EASR e CASR explicam 3.6% da variação da Atitude Passiva, o que significa que 96,1 % não pode ser explicado apenas por estas variáveis. O coeficiente de regressão associado sugere que EASR é preditor da Atitude Passiva com a qual tem uma relação positiva fraca ($\beta = .186$, $p = .007$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score na abordagem comum numa relação, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na atitude de persistência perante uma resposta passiva do parceiro.

Tabela 3.5.*Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre a Atitude Resistência*

Mulheres					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	P
1				.069	.000
	SDSS	.270	.000		
2				.071	.000
	SDSS	.262	.000		
	EASR	.107	.111		
	CASR	.005	.939		

O primeiro bloco refere-se ao efeito do SDSS sobre a Atitude Resistência. De acordo com a Tabela 3.5., verifica-se que o mesmo é um modelo estatisticamente significativo ($p = .000$) com um valor explicativo de 6,9%. Ao serem acrescentadas as dimensões EASR e CASR (segundo bloco), este também se revela um modelo estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .071 sugere que as variáveis EASR e CASR explicam 0,2% da variação da Atitude Resistência, o que significa que 92,9 % não pode ser explicado apenas por estas variáveis. Em ambos os blocos, os coeficientes de regressão do SDSS sugerem ser preditor da Atitude Resistência com o qual apresentam uma relação positiva moderada (bloco 1: $\beta = .270$, $p = .000$; bloco 2: $\beta = .262$, $p = .000$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score de aceitação do duplo padrão sexual tradicional, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na atitude de persistência perante uma resposta de resistência do parceiro.

Tabela 3.6.

Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre a Norma Subjetiva Resistência

Mulheres					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	P
1				.026	.011
	SDSS	.175	.011		
2				.018	.084
	SDSS	.170	.016		
	EASR	.031	.655		
	CASR	-.019	.780		

No primeiro bloco, pela análise da tabela 3.6., é possível verificar que o modelo é estatisticamente significativo ($p = .011$). O valor do r^2 de .026 sugere que o SDSS explica 2,6% da variação da Norma Subjetiva Resistência, o que significa que 97,4 % não pode ser explicado apenas por estas variáveis. O coeficiente de regressão associado sugere que o SDSS é preditor da Norma Subjetiva Resistência com o qual tem uma relação positiva fraca a moderada ($\beta = .175$, $p = .011$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score de aceitação do duplo padrão sexual tradicional, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado nas expectativas e pressões exercidas pelos pares perante uma resposta de resistência.

No segundo bloco, ao acrescentar as variáveis da Escala de Relacionamento Sexual (EASR e CASR), o modelo deixa de ter um valor preditivo estatisticamente significativo ($p > .05$).

Tabela 3.7.

Regressão Hierárquica entre SDSS, EASR e CASR sobre o Controlo Comportamental Percebido

Mulheres					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	P
1				.015	.045
	SDSS	-.139	.045		
2				.181	.000
	SDSS	-.068	.285		
	EASR	-.244	.000		
	CASR	.353	.000		

Através da tabela 3.7., é possível verificar que os resultados do primeiro bloco da regressão hierárquica revelam um modelo que é estatisticamente significativo ($p = .045$). O valor de r^2 de .015 sugere que o SDSS explica 1,5% da variação do Controlo Comportamental Percebido. O coeficiente de regressão associado sugere que o SDSS é preditor do Controlo Comportamental Percebido com o qual tem uma relação negativa fraca ($\beta = -.139$, $p = .045$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score de aceitação do duplo padrão sexual tradicional, menor é a probabilidade de apresentar um score elevado no controlo percebido sob o comportamento coercivo.

Quando introduzidas as dimensões EASR e CASR (segundo bloco), o modelo também se revela estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .181 sugere que EASR e CASR explicam 16,6% da variação do Controlo Comportamental Percebido, o que significa que 81,9 % não pode ser explicado apenas por estas variáveis. De acordo com os coeficientes de regressão associados, EASR e CASR são preditores do Controlo Comportamental Percebido. A variável EASR tem uma relação negativa moderada ($\beta = -.244$, $p = .000$) com o Controlo Comportamental Percebido, enquanto que a variável CASR tem uma relação positiva moderada a forte ($\beta = .353$, $p = .000$), o que poderá indicar que as mulheres que consideram ter maior facilidade em exercer ou ceder ao comportamento coercivo são aquelas que percebem mais a sua relação com enfoque

na preocupação com o bem-estar do seu parceiro e percebem menos a relação como uma troca ou reciprocidade entre favores.

3.4.2. *Análise da Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a Vitimização*

Em ambos os grupos, homens e mulheres, se verificaram efeitos significativos das dimensões da TAP sobre o comportamento de vitimização como pode ser observado nas tabelas seguintes.

Tabela 3.8.

Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a Vitimização

Homens					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	p
1				.305	.000
	Atitude Passiva	.172	.184		
	Atitude Resistência	.509	.000		
2				.294	.001
	Atitude Passiva	-.030	.901		
	Atitude Resistência	.553	.008		
	Norma Subjetiva Passiva	.264	.312		
	Norma Subjetiva Resistência	-.077	.736		
3				.358	.000
	Atitude Passiva	-.087	.707		
	Atitude Resistência	.572	.004		
	Norma Subjetiva Passiva	.356	.162		
	Norma Subjetiva Resistência	-.181	.417		
	Controlo Comportamental Percebido	-.280	.028		
Mulheres					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	p
1				.076	.000
	Atitude Passiva	.299	.000		
	Atitude Resistência	-.086	.208		
2				.102	.000
	Atitude Passiva	.126	.210		
	Atitude Resistência	-.072	.339		

	Norma Subjetiva Passiva	.251	.026
	Norma Subjetiva Resistência	-.001	.992
3			.123 .000
	Atitude Passiva	.127	.201
	Atitude Resistência	-.090	.231
	Norma Subjetiva Passiva	.262	.019
	Norma Subjetiva Resistência	-.007	.937
	Controlo Comportamental Percebido	-.159	.016

O primeiro bloco diz respeito ao impacto da Atitude (passiva e resistência) sobre a Vitimização. Com a análise da Tabela 3.8., no grupo dos homens, é possível verificar que os resultados do primeiro bloco da regressão hierárquica revelam um modelo que é estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .305 sugerem que as variáveis Atitude Passiva e Atitude Resistência explicam 30,5% da variação da Vitimização. Através dos coeficientes de regressão associados, apenas a Atitude Resistência se verifica preditor da Vitimização com a qual tem uma relação positiva moderada a forte ($\beta = .509$, $p = .000$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score na atitude de persistência parente uma resposta de resistência do parceiro, maior a probabilidade de apresentar um score mais elevado na vitimização.

Ao acrescentar as dimensões da Norma Subjetiva (passiva e resistência), no segundo bloco, o modelo continua a revelar-se estatisticamente significativo ($p = .001$). O valor de r^2 de .294 sugere que as variáveis Norma Subjetiva Passiva e Norma Subjetiva Resistência reduzem o valor explicativo em 1,1% da variação da Vitimização. Através dos coeficientes de regressão associados, volta-se a verificar que apenas a Atitude Resistência se verifica preditor da Vitimização, mantendo a sua relação positiva moderada a forte ($\beta = .553$, $p = .008$).

Ao introduzirmos a dimensão Controlo Comportamental Percebido no terceiro bloco, o modelo continua a revelar-se estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .358 sugere que o Controlo Comportamental Percebido explica 6,4% da variação da Vitimização, o que significa que 64,2 % não pode ser explicado apenas por estas variáveis. Os coeficientes de regressão associados sugerem que a Atitude Resistência se mantém preditor da Vitimização com uma relação positiva moderada a forte ($\beta = .572$, $p = .004$) e que, a variável Controlo Comportamental Percebido, também é preditor da Vitimização com uma relação negativa fraca ($\beta = -.280$, $p = .028$), o que poderá indicar

uma tendência de que quanto maior o score no controlo percebido sob o comportamento coercivo, menor é a probabilidade de apresentar um score elevado na vitimização.

Relativamente ao grupo das mulheres, através dos resultados obtidos no primeiro bloco é possível verificar que o modelo é estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .076 sugere que a Atitude Passiva e a Atitude Resistência explicam 7,6% da variação da Vitimização. Os coeficientes de regressão associados sugerem que apenas a Atitude Passiva é preditor da Vitimização, com o qual tem uma relação positiva moderada ($\beta = .299, p = .000$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score na atitude de persistência perante uma resposta passiva do parceiro, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na vitimização.

No segundo bloco, com a introdução das dimensões da Norma Subjetiva (passiva e resistência), o modelo continua a revelar-se estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .102 sugere que a Norma Subjetiva Passiva e a Norma Subjetiva Resistência explicam 2,6% da variação da Vitimização. Os coeficientes de regressão associados sugerem que apenas a Norma Subjetiva Passiva é preditor da Vitimização, com o qual tem uma relação positiva moderada ($\beta = .251, p = .026$), o que sugere uma tendência de que quanto maior o score nas expectativas e pressões exercidas pelos pares perante uma resposta passiva, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na vitimização.

No terceiro bloco, com o acréscimo da dimensão Controlo Comportamental Percebido, os resultados obtidos continuam a revelar um modelo que é estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .123 sugere que o Controlo Comportamental Percebido explica 2,1% da variação da Vitimização, o que significa que 87,7% não pode ser explicado apenas por estas variáveis. Os coeficientes de regressão associados sugerem que a Norma Subjetiva Passiva se mantém preditor da Vitimização, com o qual tem uma relação positiva moderada ($\beta = .262, p = .019$) e que, o Controlo Comportamental Percebido também é preditor da Vitimização com uma relação negativa fraca ($\beta = -.159, p = .016$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score no controlo percebido sob o comportamento coercivo, menor é a probabilidade de apresentar um score elevado na vitimização.

3.4.3. Análise da Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a Perpetuação

Em ambos os grupos, homens e mulheres, verificaram-se efeitos significativos das dimensões da TAP sobre a Perpetuação, como pode ser observado nas tabelas seguintes.

Tabela 3.9.

Regressão Hierárquica entre as dimensões da TAP sobre a Perpetuação

Homens					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	p
1				.430	.000
	Atitude Passiva	.211	.075		
	Atitude Resistência	.586	.000		
2				.455	.000
	Atitude Passiva	-.138	.515		
	Atitude Resistência	.728	.000		
	Norma Subjetiva Passiva	.450	.054		
	Norma Subjetiva Resistência	-.229	.257		
3				.535	.000
	Atitude Passiva	-.199	.314		
	Atitude Resistência	.749	.000		
	Norma Subjetiva Passiva	.548	.014		
	Norma Subjetiva Resistência	-.340	.078		
	Controlo Comportamental Percebido	-.300	.006		
Mulheres					
Bloco	Dimensões	β	p	r^2	p
1				.141	.000
	Atitude Passiva	.391	.000		
	Atitude Resistência	-.018	.783		
2				.145	.000
	Atitude Passiva	.269	.006		
	Atitude Resistência	.026	.724		
	Norma Subjetiva Passiva	.185	.092		
	Norma Subjetiva Resistência	-.100	.247		
3				.141	.000
	Atitude Passiva	.269	.007		

Atitude Resistência	.025	.734
Norma Subjetiva Passiva	.186	.092
Norma Subjetiva Resistência	-.100	.247
Controlo Comportamental Percebido	-.008	.907

Através da análise da Tabela 3.9., no grupo dos homens, é possível verificar que os resultados obtidos no primeiro bloco revelam que o modelo é estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .430 sugere que a Atitude Passiva e a Atitude Resistência explicam 43% da variação da Perpetuação. Os coeficientes de regressão associados sugerem que apenas a Atitude Resistência é preditor da Perpetuação, com o qual tem uma relação positiva moderada a forte ($\beta = .586, p = .000$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score na atitude de persistência perante uma resposta de resistência do parceiro, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na perpetuação.

No segundo bloco, ao acrescentar as dimensões da Norma Subjetiva (passiva e resistência), o modelo mantém-se estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .455 sugere que a Norma Subjetiva Passiva e a Norma Subjetiva Resistência explicam 2,5% da variação da Perpetuação. Os coeficientes de regressão associados sugerem que apenas a Atitude Resistência continua a ser preditor da Perpetuação, com uma relação positiva forte ($\beta = .728, p = .000$).

Com o acréscimo da dimensão Controlo Comportamental Percebido no terceiro bloco, o modelo continua a revelar-se estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .535 sugere que o Controlo Comportamental Percebido explica 8 % da variação da Perpetuação, o que significa que 46,5% não pode ser explicado apenas por estas variáveis. Os coeficientes de regressão associados sugerem que a Atitude Resistência continua a ser preditor da Perpetuação com uma relação positiva forte ($\beta = .749, p = .000$) e que, a Norma Subjetiva Passiva e o Controlo Comportamental Percebido são também preditores da Perpetuação. A Norma Subjetiva Passiva apresenta uma relação positiva moderada a forte ($\beta = .548, p = .014$) com a Perpetuação, o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score nas expectativas e pressões exercidas pelos pares perante uma resposta passiva, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na perpetuação. No entanto, o Controlo Comportamental Percebido apresenta uma relação negativa moderada ($\beta = -.300, p = .006$) com a Perpetuação, sugerindo que

há uma tendência de que quanto maior o score no controlo percebido sob o comportamento coercivo, menor é a probabilidade de apresentar um score elevado na perpetuação.

Em relação ao grupo das mulheres, os resultados do primeiro bloco da regressão hierárquica revelam um modelo que é estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .141 sugere que a Atitude Passiva e a Atitude Resistência explicam 14,1% da variação da Perpetuação. Os coeficientes de regressão associados sugerem que apenas a Atitude Passiva é preditor da Perpetuação, com o qual tem uma relação positiva moderada ($\beta = .391, p = .000$), o que poderá indicar uma tendência de que quanto maior o score na atitude de persistência perante uma resposta passiva do parceiro, maior é a probabilidade de apresentar um score mais elevado na perpetuação.

No segundo bloco, com a introdução das dimensões da Norma Subjetiva (passiva e resistência), o modelo continua a relevar-se estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .145 sugere que a Norma Subjetiva Passiva e a Norma Subjetiva Resistência explicam 0,4% da variação da Perpetuação. Os coeficientes de regressão associados sugerem que apenas a Atitude Passiva continua a ser preditor da Perpetuação, com uma relação positiva moderada ($\beta = .269, p = .006$).

Por último, os resultados obtidos no terceiro bloco com o acréscimo da dimensão Controlo Comportamental Percebido, continua a revelar um modelo estatisticamente significativo ($p = .000$). O valor de r^2 de .141 sugere que a dimensão Controlo Comportamental Percebido reduz o valor explicativo em 0,4% da variação da Perpetuação, o que significa que 85,9% não pode ser explicado apenas por estas variáveis. Através dos coeficientes de regressão associados, volta-se a verificar que apenas a Atitude Passiva se verifica preditor da Vitimização, mantendo a sua relação positiva moderada ($\beta = .269, p = .007$).

4. Discussão

A presente investigação foi realizada com o objetivo de compreender os comportamentos de vitimização e perpetuação da coerção sexual nas relações íntimas através das dimensões da TAP (atitudes, normas subjetivas e controlo comportamental percebido), bem como perceber se essas componentes sofrem influência de variáveis de cognição social – neste caso, *scripts* sexuais e duplo padrão sexual.

De seguida, serão discutidos e refletidos os principais resultados obtidos nesta investigação com base na informação apresentada na revisão literária sobre o tema em estudo. Primeiramente, é importante realçar a discrepância da amostra relativamente ao género, sendo a maioria da amostra composta por mulheres (81,6% mulheres e 18,4% homens), o que poderá ter influência nos resultados obtidos, nomeadamente no género que comete e sofre mais coerção sexual e na verificação da influência dos *scripts* sexuais, duplo padrão sexual e explicação do comportamento coercivo através da TAP nos homens.

De um modo geral, foi possível verificar que uma grande parte da amostra já padeceu de algum tipo de coerção sexual ao longo dos seus relacionamentos amorosos, principalmente no que toca a ceder aos avanços por parte do seu parceiro mesmo quando inicialmente não era sua vontade (48,94% nos homens e 54,07% nas mulheres). Estes resultados vão ao encontro dos estudos de Krahe et al. (2015), Serquina-Ramiro (2005), e Smith et al. (2018) que referem que são as mulheres quem mais relatam experiências de coerção sexual ao longo das suas vidas. Na perpetuação de coerção sexual, observou-se que as mulheres apresentam percentagens mais elevadas do que os homens relativamente a coagir e forçar os seus parceiros a fazer algo que não desejavam, porém são os homens que apresentam percentagens mais elevadas em chantagear as suas parceiras.

Segundo Brousseau et al. (2012) e Krahe e Berger (2013), os homens cometem mais coerção sexual e as mulheres sofrem mais coerção sexual, sendo de esperar que, dada a discrepância da amostra relativamente ao género dos participantes, as mulheres apresentassem resultados significativos mais elevados na vitimização do que os homens, o que não se verificou pois homens e mulheres apresentaram resultados muito semelhantes, corroborando os estudos de Jackson et al. (2000) e Johnson e Sigler (2000) de que tanto homens como mulheres podem ser vítimas de coerção sexual. Relativamente à perpetuação, os homens não apresentaram resultados muito díspares dos resultados apresentados pelas mulheres (embora baixos), o que nos leva a crer que os homens cometem realmente mais coerção sexual do que as mulheres.

No que diz respeito às suas experiências nos últimos três meses, foi possível verificar que a generalidade da amostra vivenciou poucas experiências de coerção sexual, quer no papel de vítimas como no de perpetradores. No entanto, quando vivenciadas experiências no papel de perpetradores, os homens apresentam resultados significativamente mais elevados, indo de encontro aos estudos de Brousseau et al. (2012) e Krahe e Berger (2013) de que são os homens que cometem mais coerção sexual.

Os *scripts* sexuais medidos permitiram perceber que a abordagem de relacionamento mais utilizada nas relações íntimas da amostra é a abordagem comum (CASR) – os participantes nos seus relacionamentos não vêem a satisfação e bem-estar sexual dos seus parceiros como uma obrigação, mas sim como algo com que realmente se preocupam. O género do participante também não demonstrou influenciar o tipo de abordagem utilizada, no entanto, sendo a amostra constituída maioritariamente por mulheres, podemos inferir que estas nos seus relacionamentos utilizam com mais frequência este tipo de abordagem – o que vai ao encontro das afirmações de Sakalul et al. (2014) de que o sexo é visto de forma diferente para homens e mulheres, sendo que as mulheres têm relações sexuais por proximidade emocional, tendo em consideração o bem-estar sexual do seu parceiro.

Relativamente ao duplo padrão sexual, os participantes, de um modo geral, demonstraram não aderir à aceitação do duplo padrão sexual tradicional, percecionando padrões sexuais muito idênticos para homens e mulheres. Estes resultados vão ao encontro do estudo elaborado por Weaver et al. (2013) que, embora realizado apenas com estudantes universitários, também não verificou que homens e mulheres são avaliados socialmente de forma diferenciada relativamente aos seus comportamentos sexuais. Porém, estes resultados refutam a maioria dos estudos sobre a existência de um duplo padrão sexual (Allison & Risman, 2013; Green & Faulkner, 2005; Sakaluk & Milhausen, 2012; Young et al., 2010). Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre géneros, o que não nos permite inferir se são os homens ou as mulheres que apresentam uma maior contribuição para a manutenção do duplo padrão sexual tradicional. Diversos estudos referem que, tanto mulheres como homens, são responsáveis pela manutenção de um duplo padrão sexual tradicional, no entanto, são os homens quem mais apoiam a existência desse duplo padrão sexual (Allison & Risman, 2013; Sakaluk & Milhausen, 2012; Young et al., 2010). Partindo desse pressuposto, o facto de não terem sido encontradas diferenças entre géneros, poderá ser explicado pela amostra ser constituída maioritariamente por mulheres.

No que concerne às dimensões da TAP, as dimensões atitude e norma subjetiva demonstraram-se mais frequentes perante uma resposta passiva, isto é, os participantes, no geral, apresentaram uma atitude de persistência mais favorável e uma crença maior de que os seus pares são a favor do uso de métodos coercivos perante uma resposta passiva de um parceiro. Verificou-se ainda uma forte percepção de controlo em executar ou ceder a um comportamento coercivo.

Entre si, foram encontradas correlações positivas entre a atitude passiva com a norma subjetiva resistência (fraca) e com a norma subjetiva passiva (forte) – o que permite verificar que os participantes que apresentam uma atitude mais favorável à persistência perante uma reação passiva, detém a crença de que os seus pares são a favor do uso de métodos coercivos perante uma resposta passiva do parceiro. A atitude resistência correlacionou-se de forma positiva com a norma subjetiva passiva (fraca), com a norma subjetiva resistência (forte) e ainda de forma negativa fraca com o controlo comportamental percebido – ou seja, os participantes que apresentam uma atitude mais favorável à persistência perante uma reação ativa, detém a crença de que os seus pares são a favor do uso de métodos coercivos perante uma resposta ativa do parceiro e consideram ter maior dificuldade em exercer ou ceder ao comportamento coercivo.

Foram observadas diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres, sendo que os homens apresentaram resultados mais elevados nas subdimensões da atitude e norma subjetiva, verificando-se uma atitude de persistência face à coerção sexual mais favorável perante uma resposta passiva/ativa de uma parceira bem com uma forte crença de que os seus pares são a favor do uso desse tipo de comportamentos; enquanto que as mulheres apresentaram resultados mais elevados no controlo comportamental percebido, indicando uma forte perceção de controlo em executar ou ceder a um comportamento coercivo. Todas as dimensões da TAP se mostraram significativas ao contrário do verificado por Enosh (2007) em que apenas as dimensões relacionadas com os sistemas de crenças de uma pessoa – atitudes e normas subjetivas – revelaram diferenças significativas entre géneros.

Um dos principais objetivos deste estudo consistia em verificar se os *scripts* sexuais relativos às trocas sexuais numa relação íntima e o duplo padrão sexual se correlacionam com a atitude, normas subjetivas e controlo comportamental percebido face à coerção sexual. No grupo dos homens não foram encontrados efeitos explicativos significativos, porém, no grupo das mulheres, o mesmo não aconteceu – foram encontrados efeitos explicativos significativos nas dimensões Atitude Passiva, Atitude Resistência, Norma Subjetiva Resistência e Controlo Comportamental Percebido.

Os resultados indicam que a atitude passiva está positivamente associada a uma abordagem de troca na orientação dos relacionamentos íntimos, ou seja, as mulheres que consideram que deve existir uma atitude de persistência para ter relações sexuais perante uma resposta passiva do parceiro, nas suas relações íntimas, dão benefícios aos seus parceiros no pressuposto que mais tarde serão retribuídas com outros benefícios

semelhantes. Já na atitude de resistência, é o duplo padrão sexual que atua de forma positiva moderada como preditor da mesma, indicando que as mulheres que têm uma atitude mais favorável à persistência após uma resposta de resistência do parceiro, acreditam que os homens têm mais direitos do que as mulheres na sua liberdade sexual. Estes resultados são interessantes pois levam-nos a verificar que as mulheres consideram que devem insistir (se perpetuadoras) ou permitir a insistência (se vítimas) para ter relações sexuais perante uma resposta passiva porque vêem esse ato como algo necessário numa relação, ou seja, consideram que numa relação o parceiro tem a obrigação de satisfazer as necessidades do outro se também quer que mais tarde sejam satisfeitas as suas necessidades. Porém, perante uma resposta ativa do parceiro, estas consideram que deve haver persistência por parte do outro porque acreditam que os homens têm, por direito, maior liberdade sexual do que a mulher – apesar de não se conseguir verificar se esta crença de que deve existir persistência mesmo perante a recusa ativa do parceiro é no papel da mulher tanto como perpetuadora como vítima, acreditamos que o mesmo se verifique mais no seu papel enquanto vítima.

A norma subjetiva resistência também demonstrou ser explicada pelo duplo padrão sexual nas mulheres, o que nos leva a verificar que as mulheres que detêm a crença de que os seus pares são a favor do uso de métodos coercivos perante uma resposta ativa de um parceiro, são as que acreditam que os homens têm mais direitos do que as mulheres na sua liberdade sexual. Este efeito vai ao encontro do verificado acima (efeito do duplo padrão sexual na atitude resistência) uma vez que faz sentido uma mulher que acredite que os homens têm por direito maior liberdade sexual do que as mulheres, seja influenciada pelas expectativas sociais de que tem como obrigação satisfazer sexualmente o seu parceiro, independentemente da sua resposta ativa de recusa à iniciação sexual.

Por último, o controlo comportamental percebido é parcialmente explicado, embora de forma negativa, pelo duplo padrão sexual e por uma abordagem comum na orientação dos relacionamentos. As mulheres que consideram ter maior facilidade em exercer ou ceder ao comportamento coercivo são aquelas que acreditam que têm mais direitos do que os homens relativamente à sua liberdade sexual, e as que percecionam mais as suas relações com enfoque na preocupação com o bem-estar sexual do seu parceiro. É importante lembrar que na presente investigação, a variável controlo comportamental percebido engloba as suas duas subdimensões numa só (exercer o comportamento coercivo ou ceder ao comportamento coercivo), no entanto, estes dados fariam sentido se essas subdimensões fossem analisadas em separado – isto é, faz sentido

que uma mulher que acredita que tem maior liberdade sexual do que os homens perceba com maior facilidade que consegue ter o controlo do seu comportamento perante uma ação coerciva, bem como faz sentido que o facto de uma mulher reger os seus relacionamentos pelo bem-estar sexual do seu parceiro acabe por ceder com maior facilidade quando o mesmo insiste para que tenham relações sexuais. Posto isto, sendo a dimensão controlo comportamental percebido analisada como uma única variável, a relação entre estas variáveis é surpreendente tendo em conta o que seria esperado pela literatura, sendo necessários mais estudos para que se possa compreender melhor esta relação.

Outro dos objetivos da presente investigação era o de verificar se os comportamentos de vitimização e perpetuação na coerção sexual são explicados pelas dimensões da TAP. Tanto no grupo dos homens como no grupo das mulheres foram encontrados efeitos explicativos significativos dessas dimensões.

No grupo dos homens, os resultados observados revelam que a atitude resistência e o controlo comportamental percebido atuam como preditores positivo e negativo, respetivamente, sobre a vitimização – os homens que detêm a crença que deve existir um comportamento coercivo quando a vítima demonstra resistência aos avanços e que acreditam que não conseguem ter controlo sobre a execução desse ato, isto é, esse ato não depende da sua própria vontade, são os que apresentam uma maior tendência para se tornarem vítimas de coerção sexual.

No grupo das mulheres, verificou-se que a atitude passiva e a norma subjetiva passiva atuam como preditores positivos da vitimização, enquanto que o controlo comportamental percebido atua como preditor negativo. As mulheres que detêm a crença que deve existir um comportamento coercivo quando a vítima demonstra passividade face aos avanços do parceiro, que acreditam que os seus pares detêm a mesma crença e que pensam ter pouco controlo sobre o comportamento coercivo, são as que apresentam uma maior tendência para se tornarem vítimas de coerção sexual.

Estes resultados em relação ao controlo comportamental percebido indicam-nos que, tanto homens como mulheres que são vítimas de coerção sexual, acreditam não ter qualquer tipo de controlo sobre um comportamento coercivo. O estudo de Katz et al. (2007) vai contra os resultados anteriormente referidos, sendo que afirma que os homens coagidos sexualmente por mulheres são percebidos como detentores de maior controlo sobre uma situação coerciva do que mulheres coagidas por homens e, conseqüentemente mais responsabilidade atribuída às vítimas aquando do sexo masculino. No entanto, o

facto de serem percecionados pelos outros como detentores de controlo sobre o comportamento coercivo, não quer dizer que os próprios percecionem esse controlo da mesma forma.

Relativamente à perpetuação, no grupo dos homens, demonstrou sofrer efeito explicativo positivo da atitude resistência e da norma subjetiva passiva e efeito explicativo negativo do controlo comportamental percebido - os homens que mais perpetuam coerção sexual são aqueles que acreditam que devem ter esse tipo de comportamento quando a vítima demonstra resistência e que detêm a crença social que o devem fazer quando a vítima demonstra passividade. Porém, também são aqueles que consideram ter pouco controlo na realização do comportamento coercivo que mais perpetuam, isto é, o facto de acharem que não têm qualquer tipo de controlo sobre a ação, fá-los crer que estão a agir por impulso e não por sua própria vontade.

No grupo das mulheres, apenas a atitude passiva se mostrou preditora do comportamento de perpetuação – ou seja, as mulheres que consideram que deve existir um comportamento coercivo quando a vítima se demonstra passiva face aos avanços do seu parceiro, são as que mais apresentam tendência para ter comportamentos de perpetuação.

O controlo comportamental percebido está negativamente correlacionado com a vitimização e perpetuação, exceto na perpetuação das mulheres. Esta associação faz sentido uma vez que a dificuldade em controlar o próprio comportamento sexual e o comportamento sexual do parceiro faz com que sejam mais propensos a este tipo de violência, quer como vítima, quer como perpetrador (Scully, 1988). Estes resultados não se verificaram no estudo de Enosh (2007) uma vez que o controlo comportamental percebido não se relacionou com a vitimização e perpetuação.

Considerando estes resultados, parecem existir mecanismos diferentes para homens e mulheres na explicação da vitimização e perpetuação da coerção sexual. Enquanto Enosh (2007) verificou que, tanto na vitimização como na perpetuação da coerção sexual, os homens parecem sofrer maior influência pelas normas subjetivas por parte dos seus pares e as mulheres pelas suas crenças pessoais (atitudes), na presente investigação não se verificou uma associação assim tão linear. Na vitimização, verificou-se que os homens sofrem influência das suas crenças pessoais e controlo comportamental percebido, enquanto as mulheres sofrem influência das suas crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido. Na perpetuação, os homens sofrem

influência das suas crenças pessoais, normas subjetivas por parte dos seus pares e controlo comportamental percebido, e as mulheres apenas das suas crenças pessoais.

Apesar de não existirem muitos estudos sobre a influência destas dimensões na área da coerção sexual, em áreas semelhantes, nomeadamente na agressão sexual masculina, verificou-se que esta é influenciada pelas próprias atitudes e pelas perceções das atitudes dos seus pares relativas à agressão sexual (normas subjetivas) (Koss & Dinero, 1988; Loh et al., 2005; Thompson et al., 2013) verificando-se o mesmo na presente investigação. Relativamente ao abuso sexual, segundo Anderson et al., (2004), não foram encontradas evidências de que as atitudes das mulheres em relação ao abuso sexual influenciavam a sua probabilidade de ser abusadas, no entanto, verificou-se que as atitudes das mulheres em relação à coerção sexual influenciam a probabilidade de virem a ser vítimas deste tipo de comportamento. A explicação para estes dados pode estar relacionada com o facto de a coerção sexual ser uma das formas de violência sexual mais aceite entre casais, pois tal como o estudo de Edwards et al. (2011) refere, aquando da existência de história de sexo consensual entre casais em que existe a crença de que as mulheres devem continuar a aceitar ter sexo em futuros encontros, a coerção sexual pode ser normalizada – apesar de não se ter verificado influência do duplo padrão sexual tradicional, observou-se uma forte influência das normas sociais nas mulheres que apresentaram maior tendência para se tornarem vítimas.

É também interessante verificar que a influência do que pensa o grupo de pares, nos homens, apenas se verifica quando estes são perpetradores de coerção sexual e, nas mulheres, apenas quando estas se encontram no papel de vítimas. Estes resultados ainda podem ser o reflexo de uma sociedade que durante muitos anos percecionava o homem como a figura de autoridade da relação, sendo consentido o uso da violência por parte deste, e que percecionava a mulher como o “meio” para os homens satisfazerem os seus desejos sexuais e reproduzirem. Deste modo, os homens consideram que o facto de insistirem com as suas parceiras para terem relações sexuais é algo que é socialmente aceite, logo sentem que o podem e devem fazer sem que mais tarde sejam julgados por isso, e as mulheres consideram que o seu papel na relação é satisfazer os desejos do seu parceiro e procriarem, sentindo uma pressão dos pares para cederem aos avanços do seu parceiro independentemente de esta ser ou não a sua vontade. A influência do duplo padrão sexual tradicional apenas se verificou no grupo das mulheres, no entanto, uma vez que a amostra foi constituída por um número reduzido de homens, a sua possível influência não está descartada.

Conclusão

Na presente investigação foram encontradas diferenças na explicação do comportamento coercivo para homens e mulheres. Nos homens não se verificou influência dos *scripts* sexuais e duplo padrão sexual para a explicação do comportamento de vitimização e perpetuação; no entanto, nas mulheres, os *scripts* sexuais demonstraram influenciar as suas crenças pessoais (atitudes) e o controlo comportamental percebido, enquanto que o duplo padrão sexual influencia as suas crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido.

Através da TAP verificou-se existirem modelos diferentes para homens e mulheres na explicação do comportamento coercivo, tanto no papel de vítima como no papel de perpetrador. As vítimas de coerção sexual demonstraram ser influenciadas por crenças pessoais e pelo controlo comportamental percebido quando são homens; e as mulheres demonstraram ser influenciadas pelas crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido. Já os perpetradores de coerção sexual, quando homens demonstraram influência das suas crenças pessoais, normas subjetivas e controlo comportamental percebido; enquanto as mulheres apenas pelas suas crenças pessoais.

Apesar dos resultados obtidos com a presente investigação terem contribuído para a explicação do comportamento coercivo, apontam-se algumas limitações da mesma. O tamanho reduzido da amostra, bem como a sua discrepância referente ao género dos participantes não nos permite generalizar os resultados para a população alvo, sendo deste modo importante que em estudos futuros estes aspetos sejam alvo de um maior controlo.

Uma outra limitação verificada prende-se com os instrumentos utilizados para medir os *scripts* sexuais numa relação e o duplo padrão sexual - as escalas utilizadas não se encontram adaptadas para a população portuguesa. Apesar de terem sido traduzidas e, posteriormente, em pré-estudo, ter sido verificado o seu grau de fiabilidade, houve subescalas, nomeadamente as da SRS, que apresentaram valores de alfa de *Cronbach* baixos. Deste modo, seria importante adaptar estas escalas para a população portuguesa, ou usar outros instrumentos que permitam medir as mesmas variáveis que já se encontrem adaptados para a população alvo.

Ao longo da revisão literária, constatou-se que existem poucas investigações sobre a explicação do comportamento coercivo através da TAP. Com a presente investigação, verificou-se que esta tem efeitos explicativos significativos na explicação da vitimização e perpetuação, permitindo verificar ainda a existência de modelos diferentes na sua explicação para homens e mulheres.

Posto isto, em investigações futuras, seria importante continuar a explorar como é que as dimensões da TAP explicam o comportamento coercivo, de modo a compreender melhor os resultados obtidos nesta investigação, bem como perceber o que leva á existência de modelos diferentes para homens e mulheres na sua explicação. A questão da diferenciação entre uma resposta passiva e de resistência face a um avanço de um parceiro também deveria ser alvo mais aprofundado de estudo pois é importante perceber o que a população alvo considera como resposta passiva a de resistência de forma a perceber melhor a diferenciação dos resultados obtidos entre essas subdimensões.

Na análise das regressões hierárquicas entre as dimensões da TAP e a vitimização e perpetuação, foi possível verificar que no grupo dos homens, tanto na vitimização como na perpetuação, parecem existir efeitos de mediação/moderação entre subdimensões da atitude e norma subjetiva que devem ser explorados. Sugere-se um estudo com uma amostra que tenha um tamanho considerável de participantes do género masculino para perceber se estes efeitos realmente se continuam a verificar e o que poderá estar na origem dos mesmos.

Por último, apesar de não se ter verificado a influência dos *scripts* sexuais e duplo padrão sexual nos homens, é ainda relevante realizar investigações em que a amostra seja equilibrada relativamente ao seu género, para que se possam realmente tirar conclusões sobre a influência ou não destas variáveis no comportamento coercivo.

Referências Bibliográficas

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179–211. https://www.dphu.org/uploads/attachements/books/books_4931_0.pdf
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Prentice-Hall.
- Allison, R., & Risman, B. J. (2013). A double standard for "Hooking Up": How far have we come toward gender equality?. *Social science research*, 42(5), 1191–1206. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2013.04.006>
- Anderson, V. N., Simpson-Taylor, D., & Hermann, D. J. (2004). Gender, age, and rape-supportive rules. *Sex Roles*, 50, 77-90. <https://doi.org/10.1023/B:SERS.0000011074.76248.3a>
- Antunes, J. & Machado, C. (2012). Violência nas relações íntimas ocasionais de uma amostra estudantil. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 93-107. <https://doi.org/10.14417/ap.535>
- Armitage, C. J., Armitage, C. J., Conner, M., Loach, J., & Willetts, D. (1999). Different perceptions of control: applying an extended theory of planned behavior to legal and illegal drug use. *Basic and Applied Social Psychology*, 21(4), 301–316. https://doi.org/10.1207/s15324834basp2104_4
- Arriaga, X. B., Copezza, N. M., Goodfriend, W., & Allsop, K. E. (2018). The invisible harm of downplaying a romantic partner's aggression. *Current Directions in Psychological Science*, 27(4), 275–280. <https://doi.org/10.1177/0963721417754198>
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84(2), 191-215. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.2.191>
- Barroso, Z. (2008, Junho 25-28). *Violência nas Relações Amorosas*. Comunicação apresentada no VI Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. <http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/597.pdf>
- Benbouriche, M., & Parent, G. (2018). La coercition sexuelle et les violences sexuelles dans la population générale: définition, données disponibles et implications. *Sexologies*, 27(2), 81–86. <https://doi.org/10.1016/j.sexol.2018.02.002>
- Beres, M. A. (2007). ‘Spontaneous’ sexual consent: An analysis of sexual consent literature. *Feminism and Psychology*, 17, 93–108. <https://doi.org/10.1177/0959353507072914>
- Beres, M. A. (2014). Points of convergence: Introducing sexual scripting theory to discourse approaches to the study of sexuality. *Sexuality & Culture*, 18, 76-88. <https://doi.org/10.1007/s12119-013-9176-3>
- Beres, M. A., Herold, E., & Maitland, S. B. (2004). Sexual consent behaviors in same-sex relationships. *Archives of Sexual Behavior*, 33, 475–486. <https://doi.org/10.1023/B:ASEB.0000037428.41757.10>
- Bouffard, J. A., Bouffard, L. A., & Miller, H. A. (2016). Examining the correlates of women’s use of sexual coercion: Proposing an explanatory model. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(3), 2360-2382. <https://doi.org/10.1177/0886260515575609>
- Broach, J. L., & Petretic, P. A. (2006). Beyond traditional definitions of assault: Expanding our focus to include sexually coercive experiences. *Journal of Family Violence*, 21(8), 477–486. <https://doi.org/10.1007/s10896-006-9045-z>

- Brousseau, M. M., Hébert, M., & Bergeron, S. (2012). Sexual coercion within mixed-sex couples: The roles of sexual motives, revictimization, and perpetration. *Journal of Sex Research*, 49(6), 533-546. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.574322>
- Brousseau, M. M., Bergeron, S., Hébert, M., & McDuff, P. (2011). Sexual coercion victimization and perpetration in heterosexual couples: A dyadic investigation. *Archives of Sexual Behavior*, 40(2), 363–372. <https://doi.org/10.1007/s10508-010-9617-0>
- Brown, A. L., Testa, M., & Messman-Moore, T. L. (2009). Psychological consequences of sexual victimization resulting from force, incapacitation, or verbal coercion. *Violence Against Women*, 15(8), 898–919. <https://doi.org/10.1177/1077801209335491>
- Byers, E. S. (1996). How well does the traditional sexual script explain sexual coercion? Review of a research program. *Journal of Psychology & Human Sexuality*, 8(1-2), 7–25. https://doi.org/10.1300/J056v08n01_02
- Byers, E. S., & Glenn, S. A. (2012). Gender differences in cognitive and affective responses to sexual coercion. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(5), 827-845. <https://doi.org/10.1177/0886260511423250>
- Capelo, M., Varela, J., Jardim, M., Brasil, C., Díaz, N., & Pereira, J. (2019). Violências no namoro: as representações de estudantes do ensino secundário profissionalizante. *Atas – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais/Investigación Cualitativa en Ciencias Sociales*, 3, 28-39. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/1982/1918>
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485-493. <https://doi.org/10.14417/ap.541>
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22(1), 77-104. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i1.339>
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v27i1.244>
- Clark, M.S., & Mills, J. (1979). Interpersonal attraction in exchange and communal relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37(1), 12-24. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.37.1.12>
- Conner, M., Warren, R., Close, S., & Sparks, P. (1999). Alcohol consumption and the theory of planned behavior: an examination of the cognitive mediation of past behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(8), 1676–1704. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1999.tb02046.x>
- Cordeiro, F., Heilborn, M. L., Cabral, C. S., & Moraes, C. L. (2009). Entre negociação e conflito: gênero e coerção sexual em três capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1051-1062. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400012>
- Cornelius, T. L., Sullivan, K. T., Wyngarden, N., & Milliken, J. C. (2009). Participation in prevention programs for dating violence: Beliefs about relationship violence and intention to participate. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 1057- 1078. <https://doi.org/10.1177/0886260508319363>
- Dantas-Berger, S. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Caderno Saúde Pública*, 21(2), 417-425. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200008>
- Denov M. S. (2003). The myth of innocence: sexual scripts and the recognition of child sexual abuse by female perpetrators. *Journal of sex research*, 40(3), 303–314. <https://doi.org/10.1080/00224490309552195>

- Duarte, A. P., & Lima, M. L. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43, 105-124. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13703/1/Duarte_e_Lima_2006_psychologica.pdf
- Eaton, A. A., & Matamala, A. (2014). The relationship between heteronormative beliefs and verbal sexual coercion in college students. *Archives of Sexual Behavior*, 43(7), 1443-1457. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0284-4>
- Edwards, K. M., Gidycz, C. A., & Murphy, M. J. (2011). College women's stay/leave decisions in abusive dating relationships: a prospective analysis of an expanded investment model. *Journal of interpersonal violence*, 26(7), 1446-1462. <https://doi.org/10.1177/0886260510369131>
- Enosh, G. (2007). Cognition or involvement? Explaining sexual-coercion in high-school dating. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 19(3), 311-329. <https://doi.org/10.1177/107906320701900308>
- Fasula, A. M., Carry, M., & Miller, K. S. (2014). A multidimensional framework for the meanings of the sexual double standard and its application for the sexual health of young black women in the U.S. *Journal of sex research*, 51(2), 170-183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.716874>
- Félix, D. S. (2012). *Crenças de legitimação da violência de género e efeitos de campanhas de prevenção: um estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Fishbein, M. & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior: An introduction to theory and research*. AddisonWesley.
- Foshee, V. A., & Reyes, H. L. (2011). Dating abuse: prevalence, consequences and predictors. In R. J. R. Levesque (Eds.), *Encyclopedia of Adolescence*. New York: Springer Science.
- Frese, B., Moya, M., & Megías, J. L. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 143-161. <https://doi.org/10.1177/0886260503260245>
- Fuertes Martín, A., Orgaz Baz, M. B., Vicario-Molina, I., Martínez Alvarez, J. L., Fernández Fuertes, A., & Carcedo González, R. J. (2012). Assessment of a sexual coercion prevention program for adolescents. *The spanish journal of psychology*, 15(2), 560-570. https://doi.org/10.5209/rev_sjop.2012.v15.n2.38867
- Fuertes, A., Ramos, M., De la Orden, M. V., Del Campo, A., & Lázaro, S. (2005). The involvement in sexual coercive behaviours of college men: Prevalence and risk factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 872-891.
- Fuertes, A., Ramos, M., Martínez, J. L., López, D., & Tabernero, C. (2006). Prevalencia y factores de vulnerabilidad y protección de la victimización sexual en las relaciones con los iguales en las mujeres universitarias españolas, *Child Abuse & Neglect*, 30(7), 799-814. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.06.002>
- Gagnon, J. H. & Simon, W. (2005). *Sexual conduct: the social sources of human sexuality* (2nd ed.). Aldine Transaction Publishers.
- Gagnon, J. H. (1990). The explicit and implicit use of the scripting perspective in sex research. *Annual review of sex research*, 1(1), 1-43. <https://doi.org/10.1080/10532528.1990.10559854>
- Gagnon, J. H. (2004). *An interpretation of desire: Essays in the study of sexuality*. University of Chicago Press.
- Garrido-Macías, M., Valor-Segura, I., & Expósito, F. (2020). Which tactics of sexual violence predict leaving the relationship? The role of dependence towards

- partner. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 12(2), 53 - 60. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2020a6>
- Gidycz, C. A., Coble, C. N., Latham, L., & Layman, M. (1993). Sexual assault experience in adulthood and prior victimization experiences: a prospective analysis. *Psychology of Women Quarterly*, 17(2), 151-168. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1993.tb00441.x>
- Gidycz, C. A., Hanson, K., & Layman, M. (1995). A prospective analysis of the relationships among sexual assault experiences: an extension of previous findings. *Psychology of Women Quarterly*, 19(1), 5-29. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1995.tb00276.x>
- Glowacz, F., Goblet, M., & Courtain, A. (2018). Sexual coercion in adolescence: From non-consensual sexuality to sexuality under constraint. *Sexologies*, 27(2), 33-37. <https://doi.org/10.1016/j.sexol.2018.02.010>
- Godin, G., Valois, P., Lepage, L., & Desharnais, R. (1992). Predictors of smoking behaviour: an application of Ajzen's theory of planned behaviour. *British Journal of Addiction*, 87(9), 1335-1343. <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.1992.tb02742.x>
- Gómez, M. A. (2011). Testing the cycle of violence hypothesis: Child abuse and adolescent dating violence as predictors of intimate partner violence in young adulthood. *Youth & Society*, 43(1), 171-192. <https://doi.org/10.1177/0044118X09358313>
- Gracia, E., Martín-Fernández, M., Marco, M., Santirso, F. A., Vargas, V., & Lila, M. (2018). The willingness to intervene in cases of intimate partner violence against women (WI-IPVAW) scale: development and validation of the long and short versions. *Frontiers in psychology*, 9, 1146. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01146>
- Greene, K., & Faulkner, S. L. (2005). Gender, belief in the sexual double standard, and sexual talk in heterosexual dating relationships. *Sex Roles: A Journal of Research*, 53(3-4), 239-251. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-5682-6>
- Guerreiro, A., Pontedeira, C., Sousa, R., Magalhães, M. J., Oliveira, E., & Ribeiro, P. (2015). Intimidade e violência no namoro: refletir a problemática nos/as jovens. *Cescontexto: Atas do colóquio internacional "@s jovens e o crime: transgressões e justiça tutelar"*, 10, 14-26. https://www.researchgate.net/publication/277305017_Intimidade_e_violencia_no_namoro_refletir_a_problematika_nosas_jovens
- Haavio-Mannila, E., & Kontula, O. (2003). Single and double sexual standards in Finland, Estonia, and St. Petersburg. *Journal of sex research*, 40(1), 36-49. <https://doi.org/10.1080/00224490309552165>
- Hall, G. C. N., & Barongan, C. (1997). Prevention of sexual aggression: Sociocultural risk and protective factors. *American Psychologist*, 52(1), 5-14. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.52.1.5>
- Herrman, J. W. (2009). There's a fine line...adolescent dating violence and prevention. *Pediatric Nursing*, 35(3), 164-170. https://www.researchgate.net/profile/Judith_Herrman/publication/26742651_There's_a_fine_line_adolescent_dating_violence_and_prevention/links/55e0554308aebb1a7cc3beb7.pdf
- Hughes, T. G., & Snell, W. E. (1990). Communal and exchange approaches to sexual relations. *Annals of Sex Research*, 3(2), 149-161. <https://doi.org/10.1007/BF00850867>

- Humphrey, J. A., & White, J. W. (2000). Women's vulnerability to sexual assault from adolescence to young adulthood. *Journal of Adolescent Health, 27*(6), 419-424. [https://doi.org/10.1016/S1054-139X\(00\)00168-3](https://doi.org/10.1016/S1054-139X(00)00168-3)
- Humphreys, T. P. (2007). Perceptions of sexual consent: The impact of relationship history and gender. *Journal of Sex Research, 44*, 307-315. <https://doi.org/10.1080/00224490701586706>
- Humphreys, T. P., & Brousseau, M. M. (2010). The sexual consent scale-revised: development, reliability, and preliminary validity. *Journal of Sex Research, 47*, 420-428. <https://doi.org/10.1080/00224490903151358>
- Humphreys, T. P., & Herold, E. (2007). Sexual consent in heterosexual relationships: Development of a new measure. *Sex Roles, 57*(3-4), 305-315. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9264-7>
- Hynie, M., Lydon, J. E., Côté, S., & Wiener, S. (1998). Relational sexual scripts and women's condom use: the importance of internalized norms. *The Journal of Sex Research, 35*(4), 370-380. <https://doi.org/10.1080/00224499809551955>
- Jackson, S. M., Cram, F., & Seymour, F. W. (2000). Violence and sexual coercion in high school students' dating relationships. *Journal of family violence, 15*(1), 23-36. <https://doi.org/10.1023/a:1007545302987>
- Johnson, I. M., & Sigler, R. T. (2000). Forced sexual intercourse among intimates. *Journal of family violence, 15*(1), 95-108. <https://doi.org/10.1023/a:1007505621643>
- Johnson, N. L., & Johnson, D. M. (2017). An empirical exploration into the measurement of rape culture. *Journal of Interpersonal Violence. https://doi.org/10.1177/0886260517732347*
- Jozkowski, K. N., & Peterson, Z. D. (2013). College students and sexual consent: unique insights. *Journal of sex research, 50*(6), 517-523. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.700739>
- Kar, H. L., & O'Leary, K. D. (2010). Gender symmetry or asymmetry in intimate partner victimization? Not an either/or answer. *Partner Abuse, 1*(2), 152-168. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.1.2.152>
- Katz, J., Moore, J. A., & Tkachuk, S. (2007). Verbal sexual coercion and perceived victim responsibility: Mediating effects of perceived control. *Sex Roles, 57*(3-4), 235-247. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9253-x>
- Koss, M. P., & Dinero, T. E. (1988). Predictors of sexual aggression among a national sample of male college students. *Annals of the New York Academy of Sciences, 528*, 133-147. <https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.1988.tb50856.x>
- Krahé, B., & Berger, A. (2013). Men and women as perpetrators and victims of sexual aggression in heterosexual and same-sex encounters: A study of first-year college students in Germany. *Aggressive Behavior, 39*(5), 391-404. <https://doi.org/10.1002/ab.21482>
- Krahé, B., Berger, A., Vanwesenbeeck, I., Bianchi, G., Chliaoutakis, J., Fernández-Fuertes, A. A., Fuertes, A., de Matos, M. G., Hadjigeorgiou, E., Haller, B., Hellemans, S., Izdebski, Z., Kouta, C., Meijnckens, D., Murauskiene, L., Papadakaki, M., Ramiro, L., Reis, M., Symons, K., Tomaszewska, P., ... Zygađło, A. (2015). Prevalence and correlates of young people's sexual aggression perpetration and victimisation in 10 European countries: a multi-level analysis. *Culture, health & sexuality, 17*(6), 682-699. <https://doi.org/10.1080/13691058.2014.989265>

- Krahé, B., Scheinberger-Olwig, R., & Kolpin, S. (2000). Ambiguous communication of sexual intentions as a risk marker for sexual aggression. *Sex Roles, 42*(5-6), 313–337. <https://doi.org/10.1023/A:1007080303569>
- Krahé, B., Tomaszewska, P., Kuyper, L., & Vanwesenbeeck, I. (2014). Prevalence of sexual aggression among young people in Europe: A review of the evidence from 27 EU countries. *Aggression and Violent Behavior, 19*(5), 545-558. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.07.005>
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The Lancet, 360*(9339), 1083-1088. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(02)11133-0)
- Langhinrichsen-Rohling, J., Misra, T. A., Selwyn, C., & Rohling, M. L. (2012). Rates of bidirectional versus unidirectional intimate partner violence across samples, sexual orientations, and race/ethnicities: A comprehensive review. *Partner Abuse, 3*(2), 199–230. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Leal, A. F. (2003). *Uma antropologia da experiência amorosa: estudo de representações sociais sobre sexualidade* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Loh, C., Gidycz, C. A., Lobo, T. R., & Luthra, R. (2005). A prospective analysis of sexual assault perpetration: risk factors related to perpetrator characteristics. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(10), 1325–1348. <https://doi.org/10.1177/0886260505278528>
- Lottes, I., & Kontula, O. (2000). *New views on sexual health: The case of Finland*. The Population Research.
- Lyons, H., Giordano, P. C., Manning, W. D. & Longmore, M. A. (2011). Identity, peer relationships and adolescent girl's sexual behavior: an exploration of the contemporary double standard. *Journal of Sex Research, 48*(5), 437-449. <https://doi.org/10.1080/00224499.2010.506679>
- Magdol, L., Moffitt, T., Caspi, A., Newman, D., Fagan, J., & Silva, P. A. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-years-olds: bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 65*(1), 68-78. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.65.1.68>
- Marx, B. P., Van Wie, V., & Gross, A. M. (1996). Date rape risk factors: A review and methodological critique of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 1*(1), 27-45. [https://doi.org/10.1016/1359-1789\(95\)00003-8](https://doi.org/10.1016/1359-1789(95)00003-8)
- Mcmillan, B., & Conner, M. (2003). Applying an extended version of the theory of planned behavior to illicit drug use among students. *Journal of Applied Social Psychology, 33*(8), 1662–1683. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2003.tb01968.x>
- Milhausen, R. R., & Herold, E. S. (1999). Does the sexual double standard still exist? Perceptions of university women. *The Journal of Sex Research, 36*(4), 361-368. <https://doi.org/10.1080/00224499909552008>
- Milhausen, R. R., & Herold, E. S. (2002). Reconceptualizing the sexual double standard. *Journal of Psychology & Human Sexuality, 13*(2), 63-83. https://doi.org/10.1300/J056v13n02_05
- Moyano, N., Monge, F. S., & Sierra, J. C. (2017). Predictors of sexual aggression in adolescents: gender dominance vs. rape supportive attitudes. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context, 9*(1), 25–31. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2016.06.001>

- Muehlenhard, C. L. (1988). Misinterpreted dating behaviors and the risk of date rape. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 6(1), 20-37. <https://doi.org/10.1521/jscp.1988.6.1.20>
- Muehlenhard, C. L., & Quackenbush, D. M. (2011). Sexual double standard scale. In Fisher, T. D., Davis, C. M., Yarber, W. L., & Davis, S. L. (Eds.), *Handbook of Sexuality-Related Measures* (pp. 199-201). Routledge.
- Muehlenhard, C. L., Humphreys, T. P., Jozkowski, K. N., & Peterson, Z. D. (2016). The complexities of sexual consent among college students: A conceptual and empirical review. *Journal of Sex Research*, 53, 457–487. <https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1146651>
- Murnen, S. K. (2015). A social constructivist approach to understanding the relationship between masculinity and sexual aggression. *Psychology of Men & Masculinity*, 16(4), 370-373. <https://doi.org/10.1037/a0039693>
- Murnen, S. K., Wright, C., & Kaluzny, G. (2002). If "boys will be boys," then girls will be victims? A meta-analytic review of the research that relates masculine ideology to sexual aggression. *Sex Roles: A Journal of Research*, 46(11-12), 359–375. <https://doi.org/10.1023/A:1020488928736>
- Murray, C. E., & Kardatzke, K. N. (2007). Dating violence among college students: Key issues for college counselors. *Journal of College Counseling*, 10(1), 79-89. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1882.2007.tb00008.x>
- Norman, P., & Smith, L. (1995). The theory of planned behaviour and exercise: An investigation into the role of prior behaviour, behavioural intentions and attitude variability. *European Journal of Social Psychology*, 25(4), 403-415. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420250405>
- Ramiro-Sánchez, T., Ramiro, M. T., Bermúdez, M. P., & Buela-Casal, G. (2018). Sexism and sexual risk behavior in adolescents: gender differences. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 18(3), 245–253. <https://doi.org/10.1016/j.ijchp.2018.04.002>
- Reiss, I. L. (1964). The scaling of premarital sexual permissiveness. *Journal of Marriage and the Family*, 26(2), 188–198. <https://doi.org/10.2307/349726>
- Rudman, L. A., Fetterolf, J. C. & Sanchez, D. T. (2013). What motivates the sexual double standard? More support for male versus female control theory. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 39(2), 250-263. <https://doi.org/10.1177/0146167212472375>
- Russell, T. D., Doan, C. M., & King, A. R. (2017). Sexually violent women: The PID-5, everyday sadism, and adversarial sexual attitudes predict female sexual aggression and coercion against male victims. *Personality and Individual Differences*, 111, 242-249. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2017.02.019>
- Sakaluk, J. K., & Milhausen, R. R. (2012). Factors influencing university students' explicit and implicit sexual double standards. *Journal of sex research*, 49(5), 464–476. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.569976>
- Sakaluk, J. K., Todd, L. M., Milhausen, R., Lachowsky, N. J., & Undergraduate Research Group in Sexuality (URGiS). (2014). Dominant heterosexual sexual scripts in emerging adulthood: conceptualization and measurement. *Journal of sex research*, 51(5), 516–531. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.745473>
- Santos-Iglesias, P., Sierra, J. C., García, M., Martínez, A., Sánchez, A., & Tapia, M. I. (2009). Índice de satisfacción sexual (ISS): un estudio sobre su fiabilidad y validez. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 9(2), 259–273. <https://www.ijpsy.com/volumen9/num2/235/ndice-de-satisfaccin-sexual-iss-un-ES.pdf>

- Scully, D. (1988). Convicted rapists' perceptions of self and victim: role taking and emotions. *Gender & Society*, 2(2), 200–213. <https://doi.org/10.1177/089124388002002005>
- Serquina-Ramiro, L. (2005). Physical intimacy and sexual coercion among adolescent intimate partners in the Philippines. *Journal of Adolescent Research*, 20(4), 476–496. <https://doi.org/10.1177/0743558405275170>
- Sheeran, P., & Taylor, S. (1999). Predicting intentions to use condoms: a meta-analysis and comparison of the theories of reasoned action and planned behavior. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(8), 1624–1675. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1999.tb02045.x>
- Sierra, J. C., Monge, F. S., Santos-Iglesias, P., Bermúdez, M. P., and Salinas, J. M. (2011). Validation of a reduced spanish version of the index of spouse abuse. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 11(2), 363–383. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70581/2/87455.pdf>
- Sierra, J. C., Rojas, A., Ortega, V., & Ortiz, J. D. M. (2007). Evaluación de actitudes sexuales machistas en universitarios: primeros datos psicométricos de las versiones españolas de la Double Standard Scale (DSS) y de la Rape Supportive Attitude Scale (RSAS). *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 7(1), 41-60. https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/38013/Sierra_ActitudesSexuales.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, 15(2), 97-120. <https://doi.org/10.1007/BF01542219>
- Smith, C. A., Ireland, T. O., Park, A., Elwyn, L., & Thornberry, T. P. (2011). Intergenerational continuities and discontinuities in intimate partner violence: A two-generational prospective study. *Journal of Interpersonal Violence*, 26(18), 3720-3752. <https://doi.org/10.1177/0886260511403751>
- Smith, S. G., Zhang, X., Basile, K. C., Merrick, M. T., Wang, J., Kresnow, M., & Chen, J. (2018). *The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS): 2015 data brief-updated release*. National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/2015data-brief508.pdf>
- Straus, M. A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790-811. <https://doi.org/10.1177/1077801204265552>
- Tamborra, T. L., Dutton, L. B., & Terry, K. J. (2014). Verbally coerced sex: Does she have to say “no”? *International Review of Victimology*, 20(2), 227–241. <https://doi.org/10.1177/0269758014521740>
- Testa, M., & Dermen, K. H. (1999). The differential correlates of sexual coercion and rape. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(5), 548-561. <https://doi.org/10.1177/088626099014005006>
- Testa, M., Hoffman, J. H. & Leonard, K. E. (2011). Female intimate partner violence perpetration: stability and predictors of mutual and non-mutual aggression across the first year of college. *Aggression Behavior*, 37(4), 362-373. <https://doi.org/10.1002/ab.20391>
- Teten, A. L., Ball, B., Valle, L. A., Noonan, R., & Rosenbluth, B. (2009). Considerations for the definition, measurement, consequences, and prevention of dating violence victimization among adolescent girls. *Journal of Women's Health*, 18(7), 923-927. <http://doi.org/10.1089/jwh.2009.1515>

- Tharp, A. T., DeGue, S., Valle, L. A., Brookmeyer, K. A., Massetti, G. M., & Matjasko, J. L. (2013). A systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence, & Abuse, 14*(2), 133-167. <https://doi.org/10.1177/1524838012470031>
- Thompson, M. P., Swartout, K. M., & Koss, M. P. (2013). Trajectories and predictors of sexually aggressive behaviors during emerging adulthood. *Psychology of Violence, 3*(3), 247–259. <https://doi.org/10.1037/a0030624>
- União de Mulheres Alternativa e Resposta. (2020). *Estudo Nacional sobre a Violência no Namoro*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34165.93924>
- Weaver, A. D., Claybourn, M., & MacKeigan, K. L. (2013). Evaluations of friends-with-benefits relationship scenarios: Is there evidence of a sexual double standard?. *The Canadian Journal of Human Sexuality, 22*(3), 152-159. <https://doi.org/10.3138/cjhs.2128>
- Willis, M., & Jozkowski, K. N. (2019). Sexual precedent's effect on sexual consent communication. *Archives of sexual behavior, 48*(6), 1723–1734. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1348-7>
- Wilson, D., Zenda, A., McMaster, J., & Lavelle, S. (1992). Factors predicting Zimbabwean students' intentions to use condoms. *Psychology & Health, 7*(2), 99-114. <https://doi.org/10.1080/08870449208520013>
- Winstok, Z., Eisikovits, Z., & Gelles, R. (2002). Structure and dynamics of escalation from the batterer's perspective. *Families in Society, 83*(2), 129–141. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.37>
- World Health Organization. (2004). *The economic dimensions of interpersonal violence*. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42944/9241591609.pdf?sequence=1>
- Yost, M. R., & Zurbriggen, E. L. (2006). Gender differences in the enactment of sociosexuality: an examination of implicit social motives, sexual fantasies, coercive sexual attitudes, and aggressive sexual behavior. *The Journal of Sex Research, 43*(2), 163-173. <https://doi.org/10.1080/00224490609552311>
- Young, M., Penhollow, T. M., & Bailey, W. C. (2010). Hooking-up and condom provision: Is there a double standard?. *American Journal of Health Studies, 25*(3), 156-164. <http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=2c8dc8d4-89ff-4142-b045-58ea83ba9967%40sessionmgr4008>
- Zaikman, Y., & Marks, M. J. (2017). Promoting theory-based perspectives in sexual double standard research. *Sex Roles: A Journal of Research, 76*(7-8), 407–420. <https://doi.org/10.1007/s11199-016-0677-z>
- Zinzow, H. M., & Thompson, M. (2015). A longitudinal study of risk factors for repeated sexual coercion and assault in U.S. College men. *Archives of Sexual Behavior, 44*(1), 213-222. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0243-5>

ANEXOS

ANEXO A

Questionário *online*

* 5. Para mim, é aceitável que uma rapariga de 16 anos tenha tantas experiências sexuais quanto um rapaz de 16 anos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 6. Eu sinto alguma admiração por uma rapariga que tenha feito sexo com muitos rapazes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 7. Eu sinto alguma pena de uma mulher que aos 21 anos ainda é virgem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 8. Para mim, uma mulher ter sexo casual é tão aceitável quanto o é para um homem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 9. Eu acho que é aceitável um homem fazer sexo com uma mulher por quem não está apaixonado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 10. Eu sinto alguma admiração por um rapaz que tenha feito sexo com muitas raparigas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 11. Uma mulher que inicie uma relação sexual é muito agressiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 12. Para mim, é aceitável um homem ter mais do que um relacionamento sexual, ao mesmo tempo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 13. Eu questiono o carácter de uma mulher que já teve muitos parceiros sexuais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 14. Eu admiro um homem que é virgem até ao casamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 15. O homem deveria ser mais experiente sexualmente do que a sua esposa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 16. Uma rapariga que tem relações sexuais no primeiro encontro é "fácil".	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 17. Eu sinto alguma pena de um homem que aos 21 anos ainda é virgem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 18. Eu questiono o carácter de um homem que já teve muitas parceiras sexuais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 19. As mulheres são, por natureza, mais monogâmicas (só têm um parceiro) do que os homens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 20. Um homem, quando se casa, já deve ter experiência sexual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 21. Um rapaz que tem relações sexuais no primeiro encontro é "fácil".	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 22. É aceitável que uma mulher faça sexo com um homem por quem não está apaixonada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 23. Uma mulher, quando se casa, já deve ter experiência sexual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 24. É melhor para uma rapariga perder a virgindade antes de sair da adolescência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 25. Eu admiro uma mulher que é virgem até ao casamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 26. Um homem que inicie uma relação sexual é muito agressivo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Questionário 2

Encontram-se listadas abaixo várias afirmações relativamente ao tema das relações sexuais. Por favor, leia cuidadosamente cada uma das seguintes afirmações e decida até que ponto considera uma característica sua. Alguns dos itens são relativos a um relacionamento específico. Sempre que possível, responda às afirmações tendo em conta mentalmente o seu parceiro atual. Caso, atualmente, não tenha nenhum relacionamento amoroso, responda às afirmações considerando o seu parceiro mais recente. Se nunca teve nenhum relacionamento, responda de acordo com o que considera que seriam as respostas. De seguida, para cada afirmação, indique o quanto a mesma se aplica a si, utilizando a seguinte escala:

- A - Não é nada característico meu.**
B - É ligeiramente característico meu.
C - É um pouco característico meu.
D - É moderadamente característico meu.
E - É muito característico meu.

	A	B	C	D	E
* 1. Eu ficaria incomodado/a se o/a meu/minha parceiro/a sexual negligenciasse as minhas necessidades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 2. Geralmente, quando faço amor com alguém, eu espero algo em troca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 3. Se eu fizesse amor com um/a parceiro/a sexual, levaria em consideração as suas necessidades e sentimentos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 4. Se um/a parceiro/a sexual fizesse algo sensual para mim, eu iria tentar fazer o mesmo por ele/ela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 5. Não sou especialmente sensível aos sentimentos de um/a parceiro/a sexual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 6. Não acho que as pessoas se devem sentir obrigadas a retribuir favores sexuais a um/a parceiro/a íntimo/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 7. Não me considero um/a parceiro/a sexual particularmente prestável.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 8. Não me sentiria explorado/a se uma/um parceira/o íntima/o não me retribuísse um favor sexual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 9. Acredito que os/as amantes sexuais devem fazer tudo para serem sexualmente recetivos à/ao sua/seu parceira/o.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 10. Não me interessaria ter uma contagem das vezes que um/a parceiro/a sexual me pediu prazer sensual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 11. Particularmente, não gostaria de ajudar um/a parceiro/a a alcançar a sua própria satisfação sexual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 12. Quando uma pessoa recebe prazeres sexuais de outra pessoa, deve retribuir imediatamente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 13. Espero que um/a parceiro/a sexual seja sensível às minhas necessidades sexuais e sentimentos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* 3. Se um rapaz quer curtir com uma rapariga e ela demonstra resistência, o rapaz deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 4. Se uma rapariga quer curtir com um rapaz e ele demonstra resistência, a rapariga deve persistir	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 5. Se um rapaz inicia uma relação sexual e a rapariga demonstra passividade, o rapaz deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 6. Se uma rapariga inicia uma relação sexual e o rapaz demonstra passividade, a rapariga deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 7. Se um rapaz inicia uma relação sexual e a rapariga demonstra resistência, o rapaz deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 8. Se uma rapariga inicia uma relação sexual e o rapaz demonstra resistência, a rapariga deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 9. Considero que os meus amigos acreditam que se um rapaz quer curtir com uma rapariga e esta demonstrar passividade, ele deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 10. Considero que os meus amigos acreditam que se uma rapariga quer curtir com um rapaz e este demonstrar passividade, ela deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 11. Considero que os meus amigos acreditam que se um rapaz quer curtir com uma rapariga e esta demonstrar resistência, ele deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 12. Considero que os meus amigos acreditam que se uma rapariga quer curtir com um rapaz e este demonstrar resistência, ela deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 13. Considero que os meus amigos acreditam que se um rapaz inicia uma relação sexual e a rapariga demonstra passividade, ele deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 14. Considero que os meus amigos acreditam que se uma rapariga inicia uma relação sexual e o rapaz demonstra passividade, ela deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 15. Considero que os meus amigos acreditam que se um rapaz inicia uma relação sexual e a rapariga resiste, ele deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 16. Considero que os meus amigos acreditam que se uma rapariga inicia uma relação sexual e o rapaz resiste, ela deve persistir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 17. Se eu quiser curtir com o/a meu/minha parceiro/parceira e ele/a não estiver interessado/a, posso sempre parar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 18. Se o/a meu/minha parceiro/parceira quiser curtir comigo e eu não estiver interessada/o, posso sempre pará-lo/a.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 19. Se eu iniciar uma relação sexual e o/a meu/minha parceiro/parceira não estiver interessado/a, posso sempre parar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

* Alguma vez sentiu ameaças ou foi chantageado/a por parte da/o sua/seu parceira/o, com vista a conseguir algo de si?

Sim Não

* Alguma vez coagiu sexualmente o seu/sua parceiro/a?

Sim Não

* Alguma vez forçou o/a seu/sua parceiro/a a fazer alguma coisa que não desejava?

Sim Não

* Alguma vez ameaçou ou chantageou o/a seu/sua parceiro/a, com vista a conseguir algo dele/a?

Sim Não

Experiências nos últimos 3 meses

Responda à seguintes questões relativas às suas experiências nos últimos 3 meses, utilizando a seguinte escala:

0 - Não aconteceu

1 - Aconteceu raramente

2 - Aconteceu várias vezes

3 - Aconteceu muitas vezes

4 - Aconteceu sempre

	0	1	2	3	4
* 1. Persisti com a tentativa de curtir com o/a meu/minha parceiro /parceira apesar de este/esta ter demonstrado passividade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 2. O/a meu/minha parceiro/parceira persistiu com a tentativa de curtir comigo apesar de eu ter demonstrado passividade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 3. Persisti com a tentativa de curtir com o/a meu/minha parceiro /parceira apesar de este/esta ter demonstrado resistência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 4. O/a meu/minha parceiro/parceira persistiu com a tentativa de curtir comigo apesar de eu ter demonstrado resistência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 5. Persisti com a tentativa de ter relações sexuais com o/a meu/minha parceiro/parceira apesar de este/esta ter demonstrado passividade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 6. O/a meu/minha parceiro/parceira persistiu com a tentativa ter relações sexuais comigo apesar de eu ter demonstrado passividade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 7. Persisti com a tentativa de ter relações sexuais com o/a meu/minha parceiro/parceira apesar de este/esta ter demonstrado resistência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
* 8. O/a meu/minha parceiro/parceira persistiu com a tentativa de ter relações sexuais comigo apesar de eu ter demonstrado resistência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Dados sociodemográficos

Agora, por favor, preencha apenas alguns dados sociodemográficos por questões estatísticas.

* Sexo biológico

- Homem
- Mulher
- Prefiro não responder

* Idade

Valor mínimo aceite: 0

* Anos de escolaridade

* Orientação sexual

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Outra

* Estado civil

- Solteiro/a
- Casado/a ou em União de Facto
- Separado/a ou Divorciado/a
- Viúvo/a

* Região de origem

- Algarve
- Alentejo
- Estremadura, Ribatejo (incluindo Zona da Grande Lisboa)
- Beira Interior
- Beira Litoral
- Douro e Minho (incluindo Zona do Grande Porto)
- Trás-os-Montes e Alto Douro
- Zonas Autónomas (Madeira e Açores)

* Situação profissional

- Estudante a tempo inteiro
- Trabalhador-estudante
- Trabalhador a tempo inteiro
- Desempregado